ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea
Versão: 2

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Confirmação de dados para envio da 1º versão de 2011 do Formulário de Referência	3

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S

CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:	
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08
Início:	10/02/2011	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	30/09/2011
Início Pagamento:	09/11/2011	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.02221

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	1.109.374	1.061.117
1.01	Ativo Circulante	3.151.815	3.066.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.883.416	2.799.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	167.468	154.050
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	167.468	154.050
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	167.468	154.050
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	82	
1.01.03.01	Clientes		
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	82	
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.521	111.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.521	111.921
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	328	328
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros		
1.02	Ativo Não Circulante	7.941.931	7.545.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	614.627	380.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		

1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.669	27.144
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.669	27.144
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	476.081	249.864
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	346.590	89.307
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	129.491	160.557
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	109.877	103.087
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)		
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar		
1.02.01.09.05	Coligadas e controladas		
1.02.01.09.06	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	94.742	90.457
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente		
1.02.01.09.09	Superávit atuarial		
1.02.01.09.10	Dividendos a receber		
1.02.01.09.11	Fundos vinculados		
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulante	15.135	12.630
1.02.02	Investimentos	7.240.504	7.079.849
1.02.02.01	Participações Societárias	7.240.504	7.079.849
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		

1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto		
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.240.504	7.079.849
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	27.563	27.283
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	59.237	57.918
1.02.04.01	Intangíveis		
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	1.109.374	1.061.117
2.01	Passivo Circulante	227.293	199.166
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	333	56
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	333	56
2.01.02	Fornecedores	1.390	1.455
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.390	1.455
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	104.866	97.505
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	104.866	97.505
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	104.866	97.505
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	515	86
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	515	86
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	515	86
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	120.189	100.064
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	120.189	100.064
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	120.057	100.055
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos Circulantes	132	9
2.01.06	Provisões		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.610	4.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.156	3.494
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.156	3.494
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.156	3.494
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	10	171
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	10	
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		171
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		171
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	444	494
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões	444	494
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	444	494
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.085.984	1.040.784
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.288	2.288

2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	839.804	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	47.744	21.146
2	Passivo Total	2.096.182	1.960.164
2.01	Passivo Circulante	2.892.274	2.918.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84.888	69.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	84.888	69.853
2.01.02	Fornecedores	700.193	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	700.193	759.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	542.792	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	542.792	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	542.792	392.093
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000.284	1.154.887
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	534.198	545.324

2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	497.270	494.735
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	36.928	50.589
2.01.04.02	Debêntures	466.086	609.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	517.876	514.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	517.876	514.686
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	134.143	120.787
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	189.424	226.842
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios/contr.definidos pós-emprego	13.642	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	180.667	152.702
2.01.06	Provisões	46.241	27.269
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.331.758	5.414.043

2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.475.227	4.612.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.174.948	3.490.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.894.409	3.235.934
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	280.539	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.300.279	1.121.636
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	485.055	437.814
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	485.055	437.814
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	13.279	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	91.528	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	9.063	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações e benefícios/contr. definidos pós-emprego	287.454	292.984
2.02.02.02.07	Coligadas e controladas	1.522	3.787
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital		
2.02.02.02.09	Outras passivos não circulantes	82.209	28.685
2.02.03	Tributos Diferidos	194.320	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.320	184.456
2.02.04	Provisões	177.156	179.505
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		

2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.173.779	1.126.949
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		

2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	839.804	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	47.744	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	877.950	861.643

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010	01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	881	2.208		106
3.01.01	Receita bruta	881	2.208		159
3.01.06	(-) deduções da Receita bruta				-53
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto	881	2.208		106
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	363.351	1.010.884	381.049	1.201.535
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.044	-13.993	-3.419	-10.908
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.03.01	Amortização de ágio				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	366.395	1.024.877	384.468	1.212.443
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	391.257	1.099.441	409.950	1.288.889
3.04.06.02	Amortização de Ágio	-24.862	-74.564	-25.482	-76.446
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	364.232	1.013.092	381.049	1.201.641
3.06	Resultado Financeiro	80.708	226.691	64.702	135.150
3.06.01	Receitas Financeiras	88.688	250.992	72.960	170.424
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.980	-24.301	-8.258	-35.274
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	444.940	1.239.783	445.751	1.336.791
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.803	-1.979	6.057	3.934
3.08.01	Corrente	-3.349	-3.503	5.588	
3.08.02	Diferido	546	1.524	469	3.934
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	442.137	1.237.804	451.808	1.340.725
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				

3.11	Lucro/Prejuízo do Período	442.137	1.237.804	451.808	1.340.725
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010	01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente do Período				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/09/2011	01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.171.375	1.026.544
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	217.593	125.051
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	1.239.783	1.336.791
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-1.099.441	-1.288.889
6.01.01.03	Depreciação e amortização	2.405	3.809
6.01.01.04	Amortização de ágio líquida	74.564	74.216
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetária e cambiais		-4.223
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	282	-587
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível baixado		
6.01.01.08	Impostos e contribuições correntes		
6.01.01.09	Provisão para plano de benefício pós emprego		
6.01.01.10	Provisão (reversão para contingências cíveis e trabalhistas		
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
6.01.01.12	Outras Provisões		
6.01.01.13	Impostos e contribuições diferidos		3.934
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	953.782	901.493
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-62	
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recupear	11.400	-18.609
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários		-33.007
6.01.02.04	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	940.020	989.364
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado		
6.01.02.06	Fundos vinculados		50.097
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-4.285	-70.090
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.09	Coligadas e controladas	5.248	-32.022
6.01.02.11	Outros ativos	-2.489	-18
6.01.02.12	Fornecedores	37	-276

6.01.02.13	Salários e envargos a pagar	277	21
6.01.02.14	Encargos de dívidas swap		
6.01.02.15	Taxas regulamentares		
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego		
6.01.02.17	Impostos e contribuições sociais a recolher	3.842	16.035
6.01.02.19	Indenizações contingências pagas	-50	
6.01.02.20	Outros passivos	-156	-2
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-321.594	-303.336
6.02.01	Integralização de capital		-299.454
6.02.02	Aquisição de investimentos	-304.176	
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-4.000	
6.02.04	Aquisição de intangível		-3.882
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	-13.418	
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-766.095	-354.321
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Capitação de empréstimos e finaciamentos	3.079	3.569
6.03.03	Captação de debêntures		12
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-273	
6.03.05	Amortização do principal de debêntures		
6.03.06	Coligadas e controladas		89.134
6.03.07	Obrigações vinculadas		
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-768.901	-404.087
6.03.09	Empréstimos com partes relacionadas		-42.949
6.03.10	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	83.686	368.887
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.799.730	1.861.203
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.883.416	2.230.090

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/09/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984

01/01/2010 à 30/09/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-319.134	0	-422.334
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						

5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-319.134	0	-319.134
5.04.08	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.340.724	22.310	1.363.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.340.724	0	1.340.724
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.310	22.310
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						

5.07	Saldos Finais	4.739.025		2.288	4.297.540	1.021.590	17.986	1.007.842

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/09/2011	01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.250	-1.037
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.208	159
7.01.02	Outras Receitas	42	-1.196
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	42	-1.196
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.924	-6.487
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.924	-6.487
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.674	-7.524
7.04	Retenções	-76.967	-74.366
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.967	-74.366
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-81.641	-81.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.350.433	1.459.313
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.099.441	1.288.889
7.06.02	Receitas Financeiras	250.992	170.424
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.268.792	1.377.423
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.268.792	1.377.423
7.08.01	Pessoal	3.766	4.937
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	148
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	3.746	4.789

7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	14	
7.08.01.04.02	Entidades de Previdência privada	169	6
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	6	
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	2	5
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13 salário	18	62
7.08.01.04.06	Plano de saúde	59	3
7.08.01.04.07	Indenização trabalhista		49
7.08.01.04.08	Administradores	3.085	4.653
7.08.01.04.09	Outros	393	11
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.878	-3.520
7.08.02.01	Federais	2.878	-3.520
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.344	35.281
7.08.03.01	Juros	24.301	35.273
7.08.03.02	Aluguéis	43	8
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.237.804	1.340.725
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	398.000	319.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	839.804	1.021.591
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	2.096.182	1.960.164
1.01	Ativo Circulante	6.846.606	6.352.534
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.741.535	3.391.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	213.842	243.319
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	213.842	243.319
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	213.842	243.319
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	2.011.611	1.958.110
1.01.03.01	Clientes	2.011.611	1.958.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	21.019	16.504
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	478.305	406.740
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	478.305	406.740
1.01.07	Despesas Antecipadas	32.509	19.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	347.785	317.064
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	148.202	96.588
1.01.08.01.01	Serviços em curso	148.202	96.588
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	199.583	220.476
1.01.08.03.01	Fundos vinculados		5.857
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	199.583	214.619
1.02	Ativo Não Circulante	1.411.521	1.324.910
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.415.528	3.401.217
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		

1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	133.640	127.299
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	133.640	127.299
1.02.01.03	Contas a Receber	1.002.392	1.040.174
1.02.01.03.01	Clientes	1.002.392	1.040.174
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	345.824	333.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	345.824	333.502
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas		
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.933.672	1.900.242
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)	827.683	722.164
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	89.431	81.104
1.02.01.09.05	Coligadas e controladas		2.960
1.02.01.09.06	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	559.198	598.170
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	332.632	304.552
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente		2.676
1.02.01.09.09	Superávit atuarial	38.383	43.702
1.02.01.09.10	Dividendos a receber		
1.02.01.09.11	Fundos vinculados	57.261	100.315
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	29.084	44.599
1.02.02	Investimentos	161.751	20.493
1.02.02.01	Participações Societárias	161.751	20.493

1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	135.596	
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	26.155	20.493
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	3.699.130	3.550.615
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.638.932	1.922.258
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.060.198	1.628.357
1.02.04	Intangível	6.838.810	6.276.784
1.02.04.01	Intangíveis	6.838.810	6.276.784
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.838.810	6.276.784
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	2.096.182	1.960.164
2.01	Passivo Circulante	2.892.274	2.918.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84.888	69.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	84.888	69.853
2.01.02	Fornecedores	700.193	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	700.193	759.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	542.792	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	542.792	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	542.792	392.093
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000.284	1.154.887
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	534.198	545.324
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	497.270	494.735
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	36.928	50.589
2.01.04.02	Debêntures	466.086	609.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	517.876	514.686
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	517.876	514.686
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	134.143	120.787
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	189.424	226.842
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios/contr.definidos pós-emprego	13.642	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	180.667	152.702
2.01.06	Provisões	46.241	27.269
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.331.758	5.414.043
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.475.227	4.612.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.174.948	3.490.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.894.409	3.235.934
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	280.539	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.300.279	1.121.636
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	485.055	437.814
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	485.055	437.814
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	13.279	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	91.528	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	9.063	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações e benefícios/contr. definidos pós-emprego	287.454	292.984
2.02.02.02.07	Coligadas e controladas	1.522	3.787
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital		
2.02.02.02.09	Outras passivos não circulantes	82.209	28.685
2.02.03	Tributos Diferidos	194.320	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.320	184.456
2.02.04	Provisões	177.156	179.505
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.173.779	1.126.949
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.230.982	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	839.804	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	47.744	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	877.950	861.643

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010	01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.525.630	7.015.346	2.238.312	6.442.377
3.01.01	Receita bruta	3.594.310	1.010.769	3.180.383	9.307.822
3.01.06	(-) Deduções da receita bruta	-1.068.680	-3.092.352	-942.071	-2.865.445
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.640.954	-4.523.085	-1.533.573	-4.025.007
3.03	Resultado Bruto	884.676	2.492.261	704.739	2.417.370
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-259.305	-757.956	-214.685	-650.959
3.04.01	Despesas com Vendas	-123.824	-337.389	-92.848	-256.777
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-110.644	-345.983	-96.355	-317.736
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-25.153	-75.148	-25.482	-76.446
3.04.03.01	Amortização de ágio	-25.153	-75.148	-25.482	-76.446
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	316	564		
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	625.371	1.734.305	490.054	1.766.411
3.06	Resultado Financeiro	-26.899	-64.380	126.088	86.668
3.06.01	Receitas Financeiras	253.969	665.574	311.948	654.998
3.06.02	Despesas Financeiras	-280.868	-729.954	-185.860	-568.330
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	598.472	1.669.925	616.142	1.853.079
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-67.441	-220.127	-85.683	-296.618
3.08.01	Corrente	-71.887	-177.093	-70.640	-225.106
3.08.02	Diferido	4.446	-43.034	-15.043	-71.512
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	531.031	1.449.798	530.459	1.556.461
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	531.031	1.449.798	530.459	1.556.461
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	442.137	1.237.804	451.808	1.340.725

Powered by MZiQ

3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	88.894	211.994	78.651	215.736
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011	01/07/2010 à 30/09/2010	01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período				
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora				
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/09/2011	01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.269.154	2.097.424
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.705.203	2.507.124
6.01.01.01	Lucro antes do imposto	1.669.925	1.853.079
6.01.01.02	Depreciação e amortização	407.438	356.373
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-564	
6.01.01.04	Amortização de ágio líquida	77.525	76.446
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	435.544	313.271
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	2.495	12.594
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível baixado	17.337	8.575
6.01.01.08	Impostos e contribuições correntes		
6.01.01.09	Provisão para plano de benefício pós emprego	-4.023	1.085
6.01.01.10	Provisão (reversão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista	41.334	
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	59.913	
6.01.01.12	Outras provisões	-1.721	-131.035
6.01.01.13	Impostos e contribuição diferidos		16.736
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-436.049	-409.700
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-41.482	-116.464
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-77.535	-314.991
6.01.02.03	Recebimento de dividendos		
6.01.02.04	Estoques	-4.169	
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado	42.178	
6.01.02.06	Fundos vinculados		48.917
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-9.117	-102.638
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-13.408	3.997
6.01.02.10	Coligadas e controladas	695	
6.01.02.11	Outros ativos	-2.195	-44.853
6.01.02.12	Fornecedores	-60.471	63.721

6.01.02.13	Salários e encargos a pagar	13.863	1.929
6.01.02.14	Encargos de dívidas swap	-236.693	-28.106
6.01.02.15	Taxas regulamentares	27.842	88.914
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego	-19.851	-21.330
6.01.02.17	Impostos e contribuições sociais a recolher	-32.268	-39.251
6.01.02.19	Indenizações contingências pagas	-37.921	
6.01.02.20	Outros passivos	14.483	50.455
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.563.766	-1.524.357
6.02.01	Integralização de capital	-99.252	
6.02.02	Aquisição de investimentos	-203.214	-1.748
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-192.783	-274.708
6.02.04	Aquisição de intangível	-1.105.868	-1.046.174
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	37.351	-201.727
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-355.454	53.660
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	1.156.887	896.246
6.03.03	Captação de Debêntures	560.000	62.841
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-602.286	-392.888
6.03.05	Amortização do principal de debêntures	-608.524	-280.187
6.03.06	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.07	Obrigações vinculadas	114.107	308.681
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-975.638	-541.033
6.03.09	Coligadas e controladas		
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	349.934	626.727
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.391.601	2.621.963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.741.535	3.248.690

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/09/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408	0	-812.408
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000	0	-398.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402	0	1.264.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804	0	1.237.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598	0	26.598

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984	0	1.085.984

01/01/2010 à 30/09/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729

5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-319.134	0	-422.334	0	-422.334
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-319.134	0	-319.134	0	-319.134
5.04.08	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200	0	-103.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.340.724	22.310	1.363.034	0	1.363.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.340.724	0	1.340.724	0	1.340.724
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.310	22.310	0	22.310
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.297.540	1.021.590	17.986	1.007.842	0	1.007.842

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 30/09/2011	01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	9.987.038	9.250.643
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.010.769	9.307.822
7.01.02	Outras Receitas	-760	-3.701
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-760	-3.701
7.01.02.02	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-119.900	-53.478
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.312.213	-3.833.094
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.622.489	-1.382.380
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-2.689.724	-2.450.714
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-2.297.786	-2.038.073
7.02.04.02	Encargos de uso de rede básica de transmissão	-391.938	-412.641
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.674.825	5.417.549
7.04	Retenções	-480.606	-432.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-480.606	-432.819
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.194.219	4.984.730
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	664.309	654.998
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	564	
7.06.02	Receitas Financeiras	665.574	654.998
7.06.03	Outros	-1.829	
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.858.528	5.639.728
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.858.528	5.639.728
7.08.01	Pessoal	308.956	293.455
7.08.01.01	Remuneração Direta	200.259	167.607

7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	108.697	125.848
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	43.306	28.545
7.08.01.04.02	Entidade de previdênciária privada	16.266	24.318
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	17.587	15.142
7.08.01.04.04	Convênnio assistencial e outros benefícios	9.472	10.561
7.08.01.04.05	Incentivo a aponsentadoria e demissão voluntária		11.319
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	30.646	34.318
7.08.01.04.07	Plano de saúde	13.194	11.937
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	19.016	21.027
7.08.01.04.09	Participações no resultado	39.794	40.782
7.08.01.04.10	Adiministradores	10.021	11.968
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	479	1.908
7.08.01.04.12	(-) transferências para ordens	-92.603	-91.521
7.08.01.04.13	Custos imobilizados / intangíveis		-801
7.08.01.04.14	Outros	1.519	6.345
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.361.730	3.209.952
7.08.02.01	Federais	1.635.312	1.607.977
7.08.02.02	Estaduais	1.726.418	1.601.975
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	738.044	579.860
7.08.03.01	Juros	729.956	568.454
7.08.03.02	Aluguéis	7.937	7.721
7.08.03.03	Outras	151	3.685
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.449.798	1.556.461
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	398.000	319.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	839.804	1.021.591
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	211.994	215.736

7.08.05	Outros		

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e
internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é
significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais
incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram
elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21
aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram
elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não reqrem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 3º trimestre de 2011 e no acumulado até setembro de 2011, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em setembro de 2011, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.338.849, representando um crescimento de 3,26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	Variação horizontal	
Residencial	8.157.477	7.866.538	87%	87%	290.939	4%
Industrial	38.880	40.160	0%	0%	-1.280	-3%
Comercial	586.228	577.503	6%	6%	8.725	2%
Rural	434.943	441.809	5%	5%	-6.866	-2%
Poder Público	79.970	78.357	1%	1%	1.613	2%
Iluminação Pública	26.815	26.204	0%	0%	611	2%
Serviço Público	13.119	11.772	0%	0%	1.347	11%
Consumo Próprio	1.380	1.351	0%	0%	29	2%
Suprimento	37	42	0%	0%	-5	-12%
Total	9.338.849	9.043.736	100%	100%	295.113	3%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 2º trimestre de 2011, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 7.200.412 MWh (6.866.463 MWh no 3º trimestre de 2010) apresentando um acréscimo de 4,86%. No acumulado dos nove meses o consumo alcançou 21.644.831 MWh (21.025.688 MWh no mesmo período de 2010), crescimento de 2,94%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 37% no acumulado de 2011, tendo as classes industrial e comercial participação de 21% e 20%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	Variação horizontal	
Residencial	8.058.989	7.736.031	37%	37%	322.958	4%
Industrial	4.634.564	4.561.623	21%	22%	72.941	2%
Comercial	4.267.374	4.121.841	20%	20%	145.533	4%
Rural	1.445.915	1.450.187	7%	7%	-4.272	0%
Poder Público	1.035.494	1.006.848	5%	5%	28.646	3%
Iluminação Pública	986.465	947.181	5%	5%	39.284	4%
Serviço Público	1.192.155	1.177.772	6%	6%	14.383	1%
Consumo Próprio	23.875	24.205	0%	0%	-330	-1%
Total	21.644.831	21.025.688	100%	100%	619.143	3%

c) Tarifas

Os seguintes reajustes tarifários foram concedidos no ano de 2011:

COELBA - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.

CELPE - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.143 de 26 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2011, fixou em 10,86% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 8,19% relativos ao reajuste tarifário anual e 2,67% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 8,27% sendo 8,04% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 8,68% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 29 de abril de 2011 a 28 de abril de 2012.

COSERN - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.139, de 19 de abril de 2011, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 9,86% sendo 9,70 para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 10,27% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012.

d) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 437.269 mil no 3º trimestre de 2011, totalizando no ano de 2011 o montante de R$ 1.091.859. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	3º trimestre 2011		Acumulado 2011	
	Investimento total	Subvenções recebidas	Investimento total	Subvenções recebidas
Geração	132	-	1.179	-
Distribuição	432.755	21.818	1.061.821	130.819
Comercialização	1.244	-	1.935	-
Administração	3.138	-	26.924	-
	437.269	21.818	1.091.859	130.819

e) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 2,8 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de setembro de 2011 esta demonstrado abaixo:

	Consolidado	Coelba	Celpe	Cosern
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637		
Ligações executadas em 2011	16.074	16.074		
Total	612.286	444.920	114.841	52.525
Em execução	10.268	10.268		
A executar	3.063	3.063		
Ligações previstas pelo programa (*)	625.617	458.251	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

Nos primeiros nove meses de 2011 foram investidos R$ 51,3 milhões no segmento de geração, principalmente no encerramento das construções das PCHs Goiandira e Nova Aurora, da subestação Narandiba e na UHE Dardanelos que entraram em operação comercial durante o ano de 2011.

Foram realizados ainda investimentos em aquisição de terras em Corumba III e Termopernambuco para reparo da UG 01.

R$ mil	30/9/2011
NEOINVEST	640
ITAPEBI	503
TERMOPERNAMBUCO	11.753
BAGUARI I	270
GOIAS SUL	7.486
GERAÇÃO CIII	831
RIO PCH I	1.864
BAHIA PCH I	7.515
SE NARANDIBA	10.814
GERAÇÃO CÉU AZUL	2.536
NEOSERV	1.580
AFLUENTE G	94
AFLUENTE T	4.071
ENERGYWORKS	1.147
CAPUAVA	194
Total	51.299

Foram ainda realizados em 2011 investimentos no montante de R$ 1.755 milhões na UHE Belo Monte, aonde Neoenergia possui participação de 10% através da Norte Energia S/A e investimentos no montante de R$ 242 milhões na UHE Teles Pires, com participação da Neoenergia de 50,01% através na Cia Energética Teles Pires.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 3º trimestre de 2011 foi de R$ 442.137 mil (R$ 451.807 mil no 3º trimestre de 2010), apresentando um decréscimo de R$ 9.670 mil, correspondente a 2,14%. No acumulado do ano o lucro líquido consolidado de 2011 foi de R$ 1.237.804 mil (R$ 1.340.725 mil em 2010), apresentando um decréscimo de R$ 102.921 mil, correspondente a 7,68%.

O EBITDA do 3º trimestre de 2011 foi de R$ 791.041 mil (R$ 651.736 mil no 3º trimestre de 2010), representando um acréscimo de 21,4%. No acumulado do ano o EBITDA foi de R$ 2.214.347 mil (R$ 2.199.229 em 2010) representado incremento de 0,69% no ano. Esta redução deve-se principalmente a redução da receita da Celpe em função do término da cobrança de tarifa retroativa referente ao parcelamento da revisão tarifária de 2005 e ao incremento com o custo de energia comprada em Itapebi e Coelba, que serão recuperados no decorrer do ano de 2011.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 3º trimestre de 2011 e 2010 e o acumulado do ano até setembro de 2011 e 2010.

Em R$ mil	3º Trimestre			Acumulado		
Descrição	**2011**	**2010**	**Variação 2011/2010**	**2011**	**2010**	**Variação 2011/2010**
Receita Bruta	3.594.310	3.180.383	13,02%	10.107.698	9.307.822	8,59%
Deduções da Receita Bruta	(1.068.680)	(942.071)	13,44%	(3.092.352)	(2.865.445)	7,92%
Receita Líquida	**2.525.630**	**2.238.312**	**12,84%**	**7.015.346**	**6.442.377**	**8,89%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.633.536)	(1.533.573)	**6,52%**	(4.523.085)	(4.025.007)	12,37%
Resultado Bruto	**892.094**	**704.739**	**26,59%**	**2.492.261**	**2.417.370**	**3,10%**
Margem Bruta	**35,32%**	**31,49%**		**35,53%**	**37,52%**	
Outras Despesas Operacionais	(241.886)	(189.204)	27,84%	(683.372)	(574.513)	18,95%
Resultado do serviço	**650.208**	**515.535**	**26,12%**	**1.808.889**	**1.842.857**	**-1,84%**
Depreciação e Amortização	(140.833)	(136.201)	3,40%	(405.458)	(356.373)	13,77%
EBITDA	**791.041**	**651.736**	**21,37%**	**2.214.347**	**2.199.230**	**0,69%**
Margem do EBITDA	**31,32%**	**29,12%**		**31,56%**	**34,14%**	
Resultado Financeiro	(26.899)	126.088	-121,33%	(64.380)	86.668	-174,28%
Amortização de Ágio / Investimento	(24.837)	(25.482)	-2,53%	(74.584)	(76.446)	-2,44%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**598.472**	**616.141**	**-2,87%**	**1.669.925**	**1.853.079**	**-9,88%**
IR e CSLL	(67.441)	(85.683)	-21,29%	(220.127)	(296.618)	-25,79%
Participação Acionistas não Controladores	(88.894)	(78.651)	13,02%	(211.994)	(215.736)	-1,73%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**442.137**	**451.807**	**-2,14%**	**1.237.804**	**1.340.725**	**-7,68%**
Margem Líquida	**17,51%**	**20,19%**		**17,64%**	**20,81%**	

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta: crescimento de 8,59% conforme demonstrado abaixo, principalmente em:
    - Fornecimento faturado e subvenção à tarifa social baixa renda – incremento de mercado combinado com incremento ocorrido no reajuste tarifário. Cabe ressaltar a migração de consumidores baixa renda para a tarifa residencial em função das novas normas de classificação de consumidores determinadas pela ANEEL
    - Suprimento – aumento da energia vendida, principalmente em função da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	30/09/2011	30/09/2010	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	3.217.540	2.992.294	225.246	7,53%
Industrial	1.418.761	1.339.819	78.942	5,89%
Comercial	1.938.564	1.794.782	143.782	8,01%
Rural	317.470	293.717	23.753	8,09%
Poder Público	442.422	414.847	27.575	6,65%
Iluminação Pública	214.389	199.987	14.402	7,20%
Serviço Público	310.497	303.060	7.437	2,45%
Fornecimento faturado	**7.859.642**	**7.338.506**	**521.136**	**7,10%**
Fornecimento não faturado	(2.885)	(12.778)	9.893	-77,42%
Total Fornecimento	**7.856.757**	**7.325.728**	**531.029**	**7,25%**
Suprimento	564.024	410.041	153.983	37,55%
Subvenção à tarifa social baixa renda	312.780	377.476	(64.696)	-17,14%
Receita de Uso da Rede Básica	231.137	206.807	24.330	11,76%
CCEE	62.035	77.530	(15.495)	-19,99%
Receita de Construção	960.314	784.236	176.078	22,45%
Outras Receitas	120.651	126.004	(5.353)	-4,25%
TOTAL GERAL	**10.107.698**	**9.307.822**	**799.876**	**8,59%**

- Deduções da receita bruta: incremento de R$ 226.907 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Maior recolhimento de impostos em função do maior faturamento
    - Incremento no valor da CCC conforme determinado pela ANEEL

Descrição	30/09/2011		30/09/2010		Variação	%
Deduções da Receita Bruta						
Impostos:						
ICMS	(1.726.418)		(1.601.975)		(124.443)	7,8%
PIS	(154.650)		(144.886)		(9.764)	6,7%
COFINS	(713.344)		(668.765)		(44.579)	6,7%
ISS	(6.046)		(4.342)		(1.704)	39,2%
Encargos Setoriais:						
Quota para reserva global de reversão - RGR	(72.632)		(66.573)		(6.059)	9,1%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(51.015)		(48.004)		(3.011)	6,3%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(288.071)		(241.384)		(46.687)	19,3%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(25.609)		(30.405)		4.796	-15,8%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(10.228)		(10.671)		443	-4,2%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(5.114)		(5.333)		219	-4,1%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(19.470)		(26.184)		6.714	-25,6%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(4.416)		(2.457)		(1.959)	79,7%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(15.341)		(14.466)		(875)	6,0%
Total	(3.092.352)		(2.865.445)		(226.907)	7,9%

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais: incremento de R$ 607.662 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Energia elétrica comprada para revenda - incremento no montante de energia comprada e no seu custo médio
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos
    - Incremento na provisão de PCLD - maior inadimplência observada no trimestre acrescido do maior número de ações de cobrança

Descrição	30/09/2011	30/09/2010	Variação	%
Custos / Despesas Operacionais				
Pessoal	(327.310)	(281.571)	(45.739)	16,2%
Administradores	(10.374)	(10.775)	401	-3,7%
Entidade de previdência privada	(16.462)	(40.653)	24.191	-59,5%
Material	(31.466)	(20.979)	(10.487)	50,0%
Combustível para produção de energia	(123.665)	(121.822)	(1.843)	1,5%
Serviços de terceiros	(414.712)	(401.379)	(13.333)	3,3%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(15.047)	(13.866)	(1.181)	8,5%
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(779)	(1.883)	1.104	-58,6%
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(957)	-	(957)	
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(5.243)	(4.451)	(792)	17,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.297.773)	(2.038.053)	(259.720)	12,7%
Encargos de uso do sistema transmissão	(393.488)	(412.933)	19.445	-4,7%
Depreciação e amortização	(405.458)	(356.373)	(49.085)	13,8%
Arrendamentos e alugueis	(8.115)	(7.747)	(368)	4,8%
Tributos	(5.759)	(5.187)	(572)	11,0%
Provisões Líquidas - PCLD	(60.885)	(53.478)	(7.407)	13,9%
Perdas Conta a Receber/Consumidores	(59.015)	(7.967)	(51.048)	640,7%
Provisões Líquidas - Contingências	3.594	-	3.594	
Provisões atuariais	-	1.223	(1.223)	-100,0%
Custo de construção	(960.314)	(784.236)	(176.078)	22,5%
Alienação / Desativação de bens e direitos	274	-	274	
Outros	(73.503)	(37.390)	(36.113)	96,6%
Total custos / despesas	(5.206.457)	(4.599.520)	(606.937)	13,2%

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	3o semestre		
	2011	2010	Var. %
Lucro Líquido	1.237.804	1.340.724	-8%
Amortização ágio e reversão PMIPL	74.584	76.446	-2%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	220.127	296.618	-26%
Resultado Financeiro	64.380	(86.668)	-174%
Depreciação e amortização	405.458	356.373	14%
Participações minoritárias	211.994	215.736	-2%
(=) EBITDA	2.214.347	2.199.229	1%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até setembro de 2011 e 2010:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/09/11	% Vertical	30/09/10	% Horizontal	30/09/11	% Vertical	30/09/10	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	138.364		51.835		(9.380)		(11.685)	-20%
Distribuidoras:								
COELBA	612.402	61%	681.268	-10%	1.012.762	59%	942.273	7%
CELPE	238.345	24%	359.681	-34%	466.432	27%	559.943	-17%
COSERN	151.591	15%	192.908	-21%	223.648	13%	241.150	-7%
Subtotal	**1.002.338**	**100%**	**1.233.857**	**-19%**	**1.702.842**	**170%**	**1.743.366**	**-2%**
Geradoras:								
ITAPEBI	86.485	29%	108.546	-20%	134.794	26%	155.832	-14%
TERMOPE	74.726	25%	77.577	-4%	152.485	30%	165.394	-8%
BAGUARI	9.007	3%	10.789	-17%	27.781	5%	27.034	3%
GOIÁS SUL	2.995	1%	(4.857)	-162%	18.577	4%	(4.167)	-546%
GERAÇÃO CIII	14.127	5%	9.840	44%	25.629	5%	22.222	15%
RIO PCH I	8.389	3%	3.036	176%	20.156	4%	17.521	15%
BAHIA PCH I	5.697	2%	8.419	-32%	19.094	4%	9.086	110%
SE NARANDIBA	(17)	0%	(34)	-50%	731	0%	(28)	-2711%
ÁGUAS DA PEDRA	63.805	21%	(1.172)	-5544%	74.282	14%	(1.050)	-7174%
TERMOAÇU	2.488	1%	6.591	-62%	7.998	2%	7.418	8%
GERAÇÃO CÉU AZUL	(32)	0%	(287)	-89%	(28)	0%	(270)	-90%
AFLUENTE G	6.500	2%	1.410	361%	8.732	2%	8.777	-1%
AFLUENTE T	15.067	5%	3.610	317%	14.235	3%	17.404	-18%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	6.201	2%	2.933	111%	(40)	0%	(1)	-
NORTE ENERGIA	(112)	0%	-	-	-	0%	-	-
ENERGYWORKS	2.512	1%	-	-	7.639	1%	-	-
CAPUAVA	2.367	1%	-	-	2.768	1%	-	-
ECIII	676	0%	-	-	-	0%	-	-
TELES PIRES	(839)	0%	-	-	(1.329)	0%	-	-
Subtotal	**300.042**	**100%**	**226.401**	**33%**	**513.504**	**100%**	**425.173**	**21%**
Outros								
NEOINVEST	247		(33)	-848%	-	0%	(43)	-100%
NC ENERGIA	6.127		29.655	-79%	4.156	1%	38.766	-89%
NEOSERV	1.229		2.176	-44%	2.861	1%	3.652	-22%

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas. Destaques para as negociações ocorridas em 27 de abril:

COELBA - operação de captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400.000 mil com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral. Os recursos serão destinados ao refinanciamento de dívida.

CELPE - operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 360.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao ajuste do perfil da dívida da Companhia.

ITAPEBI - operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao pré-pagamento da 2ª emissão e pré-pagamento da dívida com o BNDES, com objetivo de alongamento do seu perfil da dívida.

Em setembro de 2011 o endividamento total da Companhia era de R$ 6.476 milhões, sendo R$ 1.000 milhão de curto prazo (15,4%) e R$ 5.475 milhões de longo prazo (84,6%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados, sendo que a redução da margem EBITDA deve-se principalmente ao incremento da receita de construção:

Dados Econômico-Financeiros	30/09/2010	30/09/2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	9.307.822	10.107.698	8,6%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	6.442.377	7.015.346	8,9%
EBITDA (R$ mil)	2.199.229	2.214.347	0,7%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.842.856	1.808.889	-1,8%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	86.668	(64.380)	-174,3%
Lucro Líquido (R$ mil)	1.340.724	1.237.804	-7,7%
Ativo Total (R$ mil)	19.601.643	20.961.825	6,9%
Dívida Bruta (R$ mil)	5.767.155	6.475.511	12,3%
Dívida Líquida (R$ mil) *	1.898.764	2.329.233	22,7%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.269.492	11.737.793	4,2%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	34,1%	31,6%	-2,57 p.p
Margem EBIT	28,6%	25,8%	-2,82 p.p
Margem Líquida	20,8%	17,6%	-3,17 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(25,4)	34,4	-235,5%
Dívida Bruta/EBITDA**	3,5	3,9	11,5%
Índice de Endividamento Líquido	14,4%	16,6%	2,14 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,93	2,01	4,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,23	0,21	-7,7%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 9 meses
p.p - Pontos Percentuais

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
ATIVO		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.883.416	2.799.730	3.741.535	3.391.601
Contas a receber de clientes e outros	(7)	62	-	2.011.611	1.958.110
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	167.468	154.050	213.842	243.319
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	100.521	111.921	478.305	406.740
Coligadas e controladas		20	-	-	-
Estoques		-	-	21.019	16.504
Fundos vinculados		-	-	-	5.857
Despesas pagas antecipadamente		-	-	32.509	19.196
Serviços em curso		-	-	148.202	96.588
Outros ativos circulantes	(12)	328	328	199.583	214.619
TOTAL DO CIRCULANTE		3.151.815	3.066.029	6.846.606	6.352.534
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	(7)	-	-	1.002.392	1.040.174
Títulos e Valores Mobiliários	(8)	-	-	133.640	127.299
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	-	-	89.431	81.104
Coligadas e controladas		129.491	160.557	-	2.960
Dividendos a receber		281.274	26.584	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		65.316	62.723	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	28.669	27.144	345.824	333.502
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-	-	559.198	598.170
Fundos vinculados		-	-	57.261	100.315
Depositos Judicias	(11)	94.742	90.457	332.632	304.552
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	2.676
Superávit atuarial		-	-	38.383	43.702
Outros ativos não circulantes	(12)	15.135	12.630	29.084	44.599
Investimentos	(13)	7.240.504	7.079.849	161.751	20.493
Investimentos em coligadas e controladas		7.240.504	7.079.849	135.596	-
Outros investimentos		-	-	26.155	20.493
Imobilizado	(14)	27.563	27.283	3.699.130	3.550.615
Ativo Indenizável (Concessão)	(15)	-	-	827.683	722.164
Intangível	(16)	59.237	57.918	6.838.810	6.276.784
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.941.931	7.545.145	14.115.219	13.249.109
TOTAL DO ATIVO		11.093.746	10.611.174	20.961.825	19.601.643

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais

	Ref	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(17)	1.390	1.455	700.193	759.320
Empréstimos e financiamentos	(18)	515	86	534.198	545.324
Debêntures	(19)	-	-	466.086	609.563
Salários e encargos a pagar	(20)	333	56	84.888	69.853
Taxas regulamentares	(21)	-	-	180.667	152.702
Impostos e Contribuições a recolher	(22)	104.866	97.505	542.792	392.093
Dividendos e Juros sobre capital proprio	(23)	120.057	100.055	134.143	120.787
Provisões	(24)	-	-	46.241	27.269
Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego		-	-	13.642	14.355
Coligadas e controladas		120	1	-	-
Outros passivos circulantes	(25)	12	8	189.424	226.842
TOTAL DO CIRCULANTE		227.293	199.166	2.892.274	2.918.108
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(17)	-	-	13.279	12.722
Empréstimos e financiamentos	(18)	6.156	3.494	4.174.948	3.490.632
Debêntures	(19)	-	-	1.300.279	1.121.636
Taxas regulamentares	(21)	-	-	91.528	87.845
Impostos e Contribuições a recolher	(22)	-	-	9.063	11.791
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	194.320	184.456
Provisões	(24)	444	494	177.156	179.505
Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego		-	-	287.454	292.984
Coligadas e controladas		10	-	1.522	3.787
Outros passivos não circulantes	(25)	-	171	82.209	28.685
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.610	4.159	6.331.758	5.414.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(26)				
Capital Social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de Capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de Lucro		5.230.985	5.230.982	5.230.982	5.230.982
Outros resultados abrangentes		47.741	21.146	47.744	21.146
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		-	414.408	-	414.408
Lucro/Prejuízo acumulado		839.804	-	839.804	-
PATRIMONIO LÍQUIDO		10.859.843	10.407.849	10.859.843	10.407.849
Participação dos não controladores		-	-	877.950	861.643
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				11.737.793	11.269.492
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO		11.093.746	10.611.174	20.961.825	19.601.643

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010

	Ref	Controladora		Consolidado	
		30/09/11	30/09/10 Reclassificado	30/09/11	30/09/10 Reclassificado
RECEITA BRUTA	(27)	2.208	159	10.107.698	9.307.822
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(28)	-	(53)	(3.092.352)	(2.865.445)
RECEITA LÍQUIDA		**2.208**	**106**	**7.015.346**	**6.442.377**
CUSTO DO SERVIÇO	(29)	-	-	(4.523.085)	(4.025.007)
LUCRO BRUTO		**2.208**	**106**	**2.492.261**	**2.417.370**
Despesas com vendas	(29)	-	-	(337.389)	(256.777)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(13.993)	(10.908)	(345.983)	(317.736)
Resultado de participações societárias		1.024.877	1.212.443	(74.584)	(76.446)
Equivalência Patrimonial	(13)	1.099.441	1.288.889	564	-
Amortização de Ágio	(13)	(74.564)	(76.446)	(75.148)	(76.446)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**1.013.092**	**1.201.641**	**1.734.305**	**1.766.411**
Receita financeira	(30)	250.992	170.424	665.574	654.998
Despesa financeira	(30)	(24.301)	(35.274)	(729.954)	(568.330)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS		**1.239.783**	**1.336.791**	**1.669.925**	**1.853.079**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**(1.979)**	**3.934**	**(220.127)**	**(296.618)**
Corrente		(3.503)	-	(370.163)	(463.658)
Diferido		1.524	3.934	(4.058)	(31.388)
Imposto de renda - SUDENE		-	-	193.070	238.552
Amortização ágio e reversão PMIPL		-	-	(38.976)	(40.124)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		**1.237.804**	**1.340.725**	**1.449.798**	**1.556.461**
Participações minoritárias		-	-	(211.994)	(215.736)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.237.804**	**1.340.725**	**1.237.804**	**1.340.725**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido e outros resultados abrangentes
Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010

	Atribuível aos Acionistas Controladores										
			Reservas de Lucros								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total	Demonstração dos resultados abrangentes total da companhia
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	4.739.025	2.288	327.201	3.970.339	(4.324)	-	103.200	9.137.729	740.538	9.878.267	(4.324)
Ajuste Adoção Inicial CPC								-		-	
Aprovação de dividendos propostos							(103.200)	(103.200)		(103.200)	
Lucro líquido do exercício						1.777.984		1.777.984	286.608	2.064.592	
Outros resultados abrangentes:								-		-	
Ganhos e perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido								-		-	
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda								-		-	
Ganhos e perdas em hedges de instrumentos financeiros								-		-	
Ganho sobre ativo disponível para a venda					25.470			25.470	4.588	30.058	25.470
Destinações:											
Reserva Legal			88.900			(88.900)		-		-	
Reserva de retenção de lucros				844.542		(844.542)		-		-	
Juros sobre capital próprio						(430.134)		(430.134)	(170.091)	(600.225)	
Dividendos adicionais						(414.408)	414.408	-		-	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146	-	414.408	10.407.849	861.643	11.269.492	21.146
Aprovação de dividendos propostos											
Lucro líquido do exercício						1.237.804		1.237.804	211.994	1.449.798	
Ganho sobre ativo disponível para a venda					26.598			26.598	6.954	33.552	26.598
Destinações:											
Reserva Legal											
Reserva de retenção de lucros											
Juros sobre capital próprio						(398.000)		(398.000)	(91.525)	(489.525)	-
Dividendos adicionais							(414.408)	(414.408)	(111.116)	(525.524)	
Saldos em 30 de setembro de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	47.744	839.804	-	10.859.843	877.950	11.737.793	26.598

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - **R$ Mil**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10 Reclassificado	30/09/11	30/09/10 Reclassificado
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Das operações sociais				
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	1.239.783	1.336.791	1.669.925	1.853.079
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	2.405	3.809	405.458	356.373
Equivalência patrimonial	(1.099.441)	(1.288.889)	(564)	-
Amortização de ágio, líquida	74.564	74.216	77.525	76.446
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-	(4.223)	435.544	313.271
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	282	(587)	2.495	12.594
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-	-	17.337	8.575
Impostos e contribuições diferidos	-	3.934	-	16.736
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	(4.023)	1.085
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	41.334	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	59.913	-
Outras provisões	-	-	259	(131.035)
	217.593	125.051	2.705.203	2.507.124
(Aumento) redução de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes e outros	(62)	-	(41.482)	(116.464)
Títulos e valores mobiliários	-	(33.007)	-	(201.727)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	11.400	(18.609)	(77.535)	(314.991)
Recebimento de dividendos e JSCP	940.020	989.364	-	-
Estoques	-	-	(4.169)	-
Fundos Vinculados	-	50.097	42.178	48.917
Depósitos judiciais	(4.285)	(70.090)	(9.117)	(102.638)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(13.408)	3.997
Coligadas e Controladas	5.119	(555)	2.960	-
Outros Ativos	(2.489)	(18)	(2.195)	(44.853)
	949.703	917.182	(102.768)	(727.759)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	37	(276)	(60.471)	63.721
Salários e encargos a pagar	277	21	13.863	1.929
Encargos de dívidas e swap	-	-	(236.693)	(28.106)
Taxas regulamentares	-	-	27.842	88.914
Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego	-	-	(19.851)	(21.330)
Impostos e contribuições sociais a recolher	3.842	16.035	(32.268)	(39.251)
Coligadas e Controladas	129	(31.467)	(2.265)	-
Adiantamentos recebidos	-	-	-	4
Indenizações/Contingências pagas	(50)	-	(37.921)	-
Outras passivos	(156)	(2)	14.483	50.451
	4.079	(15.689)	(333.281)	116.332
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.171.375	1.026.544	2.269.154	1.895.697

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (continuação)
Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010

ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	3.079	3.569	1.156.887	896.246
Captação de Debêntures	-	12	560.000	62.841
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(273)	-	(602.286)	(392.888)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(608.524)	(280.187)
Empréstimos com partes relacionadas	-	(42.949)	-	-
Obrigações vinculadas	-	-	114.107	308.681
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital proprio	(768.901)	(404.087)	(975.638)	(541.033)
Coligadas e controladas	-	89.134	-	-
UTILIZAÇÃO DO CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(766.095)	(354.321)	(355.454)	53.660
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	405.280	672.223	1.913.700	1.949.357
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	-	(299.454)	(99.252)	-
Aquisição de investimentos	(304.176)	-	(203.214)	(1.748)
Aquisição de imobilizado	(4.000)	-	(192.783)	(274.708)
Aquisição de intangível	-	(3.882)	(1.105.868)	(1.046.174)
Títulos e valores mobiliários	(13.418)	-	37.351	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(321.594)	(303.336)	(1.563.766)	(1.322.630)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	83.686	368.887	349.934	626.727
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.799.730	1.861.203	3.391.601	2.621.963
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.883.416	2.230.090	3.741.535	3.248.690
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	83.686	368.887	349.934	626.727

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e 2010

	Controladora		Consolidado	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010 Reclassificado
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	2.208	159	10.107.698	9.307.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(119.900)	(53.478)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	42	(1.196)	(760)	(3.701)
	2.250	(1.037)	9.987.038	9.250.643
Insumos adquiridos de terceiros	13.611	43.185	5.295.139	5.461.390
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(2.297.786)	(2.038.073)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	(391.938)	(412.641)
Matérias-primas consumidas	-	-	(5.972)	(4.257)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.924)	(6.487)	(1.616.517)	(1.378.123)
	(6.924)	(6.487)	(4.312.213)	(3.833.094)
Valor adicionado bruto	(4.674)	(7.524)	5.674.825	5.417.549
Depreciação e amortização	(76.967)	(74.366)	(480.606)	(432.819)
Valor adicionado líquido	(81.641)	(81.890)	5.194.219	4.984.730
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	250.992	170.424	665.574	654.998
Resultado de equivalência patrimonial	1.099.441	1.288.889	564	-
Outras receitas	-	-	(1.829)	-
	1.350.433	1.459.313	664.309	654.998
Valor adicionado total a distribuir	1.268.792	1.377.423	5.858.528	5.639.728
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	20	148	200.259	167.607
Encargos sociais (exceto INSS)	14	-	43.306	28.545
Entidade de previdência privada	169	6	16.266	24.318
Auxílio alimentação	6	-	17.587	15.142
Convênio assistencial e outros benefícios	2	5	9.472	10.561
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	-	11.319
Provisão para férias e 13º salário	18	62	30.646	34.318
Plano de saúde	59	3	13.194	11.937
Indenizações trabalhistas	-	49	19.016	21.027
Participação nos resultado	-	-	39.794	40.782
Administradores	3.085	4.653	10.021	11.968
Encerramento de ordem em curso	-	-	479	1.908
(-) Transeferência para Ordens	-	-	(92.603)	(91.521)
Custos imobilizados / intangíveis	-	-	-	(801)
Outros	393	11	1.519	6.345
Subtotal	3.766	4.937	308.956	293.455
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	793	-	45.199	45.338
ICMS	-	-	1.726.418	1.601.975
PIS/COFINS sobre faturamento	-	53	867.989	813.759
Imposto de renda e contribuição social	1.978	(3.934)	217.164	292.600
Obrigações intra-setoriais	-	-	493.223	448.970
Outros	107	361	11.737	7.310
Subtotal	2.878	(3.520)	3.361.730	3.209.952
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	24.301	35.273	729.956	568.454
Aluguéis	43	8	7.937	7.721
Outros	-	-	151	3.685
Subtotal	24.344	35.281	738.044	579.860
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	398.000	319.134	398.000	319.134
Lucro / Prejuizos	839.804	1.021.591	839.804	1.021.591
Participação dos não controladores			211.994	215.736
Subtotal	1.237.804	1.340.725	1.449.798	1.556.461
Valor adicionado distribuído	1.268.792	1.377.423	5.858.528	5.639.728

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controladas em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/09/11		31/12/10	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(c)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES	(a)	50,01	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(a)	99,00	1,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 13.

(c) Participação através de Belo Monte Participações. Vide nota explicativa nº 13.

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- Continuação

	Percentual da Participação (%)			
	30/09/11		31/12/10	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	**Número de Municípios**	**Localidade**	**Data de concessão**	**Data de vencimento**
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

Comercialização	**Localidade**	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

2. CONCESSÕES -- Continuação

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	-	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	28/06/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações contábeis para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Neoenergia S.A.	Consolidado 31/12/2010			Neoenergia S.A.	Consolidado 31/12/2010		
BALANÇOS PATRIMONIAIS - R$ Mil	Publicado	Reclassificação	Reclassificado	BALANÇOS PATRIMONIAIS - R$ Mil	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.391.601	-	3.391.601	Fornecedores	759.320	-	759.320
Contas a receber de clientes e outros	1.959.762	(1.652)	1.958.110	Empréstimos e financiamentos	545.324	-	545.324
Títulos e Valores Mobiliários	243.319	-	243.319	Debêntures	609.563	-	609.563
Impostos e Contribuições a recuperar	406.740	-	406.740	Salários e encargos a pagar	69.853	-	69.853
Estoques	16.504	-	16.504	Taxas regulamentares	152.702	-	152.702
Fundos vinculados	39.614	(33.757)	5.857	Impostos e Contribuições a recolher	392.093	-	392.093
Despesas pagas antecipadamente	19.196	-	19.196	Dividendos e Juros sobre capital proprio	120.787	-	120.787
Serviços em curso	-	96.588	96.588	Provisões	27.269	-	27.269
Outros ativos circulantes	310.998	(96.379)	214.619	Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego	14.355	-	14.355
TOTAL DO CIRCULANTE	6.387.734	(35.200)	6.352.534	Outros passivos circulantes	228.285	(1.443)	226.842
				TOTAL DO CIRCULANTE	2.919.551	(1.443)	2.918.108
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	1.040.174	-	1.040.174	Fornecedores	12.722	-	12.722
Títulos e Valores Mobiliários	136.001	(8.702)	127.299	Empréstimos e financiamentos	3.490.632	-	3.490.632
Impostos e Contribuições a recuperar	81.104	-	81.104	Debêntures	1.121.636	-	1.121.636
Coligadas e controladas	2.960	-	2.960	Taxas regulamentares	87.845	-	87.845
Impostos e contribuições sociais diferidos	333.502	-	333.502	Impostos e Contribuições a recolher	11.791	-	11.791
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	598.170	-	598.170	Impostos e contribuições sociais diferidos	184.456	-	184.456
Fundos vinculados	57.856	42.459	100.315	Provisões	179.505	-	179.505
Depositos Judicias	304.552	-	304.552	Obrigações de benefícios / contribuições definidos pós-emprego	292.984	-	292.984
Despesas pagas antecipadamente	2.676	-	2.676	Coligadas e controladas	3.787	-	3.787
Superávit atuarial	43.702	-	43.702	Outros passivos não circulantes	28.685	-	28.685
Outros ativos não circulantes	44.599	-	44.599	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.414.043	-	5.414.043
Investimentos	20.493	-	20.493				
Outros investimentos	20.493	-	20.493	PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	861.643	-	861.643
Imobilizado	3.550.615	-	3.550.615				
Ativo Indenizável (Concessão)	722.164	-	722.164				
Intangível	6.276.784	-	6.276.784	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.215.352	33.757	13.249.109	Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
				Reservas de Capital	2.288	-	2.288
				Reservas de Lucro	5.230.982	-	5.230.982
				Outros resultados abrangentes	21.146	-	21.146
				Proposta de Distribuição de dividendos adicional	414.408	-	414.408
				TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	10.407.849	-	10.407.849
TOTAL DO ATIVO	19.603.086	(1.443)	19.601.643	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO	19.603.086	(1.443)	19.601.643

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 24 de outubro de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. Esses pronunciamentos contábeis deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- *International Accounting Stardard (IAS)* 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *IFRS* 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A *IFRS* 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "*IAS* 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A *IFRS* 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- *IFRIC* 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC -- Continuação

- *IFRIC* 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A *IFRIC* 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia entende que a *IFRIC* 19 não impacte suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Melhorias para *IFRS* – O *IASB* emitiu melhorias para as normas e emendas de *IFRS* em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:
  - *IFRS* 3 – Combinação de negócios.
  - *IFRS* 7 – Divulgação de instrumentos financeiros.
  - *IAS* 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

  Adicionalmente, o IASB emitiu até a data de 22 de junho de 2011 os seguintes pronunciamentos contábeis:

  IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

  IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

  IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

  A Companhia aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro para concluir sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar que os IFRS 10, 11 e 12 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

  Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As informações trimestrais da controlada em conjunto Termoaçu, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais da investida.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído a concessão, foi classificado no ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Caixa e Depósitos bancários à vista	87	185	68.268	276.935
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	546.951	421.261	614.558	477.720
Fundos de investimento	2.336.378	2.378.284	3.058.709	2.636.946
	2.883.416	2.799.730	3.741.535	3.391.601

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 95% a 106%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Consumidores	(a)	3.024.490	2.905.054
Títulos a Receber	(b)	113.569	154.657
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	76.295	74.123
Disponibilização do Sistema de Distribuição		33.004	29.553
Serviços Prestados a Terceiros		82.175	70.560
Outros Créditos		97.875	106.027
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(413.405)	(341.690)
Total		3.014.003	2.998.284
Circulante		2.011.611	1.958.110
Não Circulante		1.002.392	1.040.174

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(a) Consumidores

	Consolidado						
		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/11	31/12/10 Reclassificado	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	729.385	234.778	358.226	1.322.389	1.234.095	(208.971)	(123.067)
Industrial	198.725	17.714	104.748	321.187	322.508	(60.995)	(81.801)
Comercial, serviços e outras	264.288	53.973	91.937	410.198	398.471	(37.237)	(48.074)
Rural	65.128	18.968	86.928	171.024	138.923	(46.876)	(27.438)
	1.257.526	325.433	641.839	2.224.798	2.093.997	(354.079)	(280.380)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	14.187	920	4.179	19.286	20.860	(2.307)	(2.820)
Estadual	25.153	4.513	146.994	176.660	182.045	(2.057)	(1.643)
Municipal	112.286	16.102	92.241	220.629	223.011	(25.247)	(28.056)
	151.626	21.535	243.414	416.575	425.916	(29.611)	(32.519)
Iluminação pública	50.524	11.244	12.172	73.940	72.467	(4.767)	(4.776)
Serviço público	76.244	6.670	8.166	91.080	91.693	(11.922)	(5.496)
Fornecimento não faturado	218.097	-	-	218.097	220.981	-	(5.538)
Consumidores	1.754.017	364.882	905.591	3.024.490	2.905.054	(400.379)	(328.709)
Circulante				1.101.530	1.083.349	(259.171)	(171.789)
Não Circulante				1.922.960	1.821.705	(141.208)	(156.920)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/11	31/12/10 Reclassificado	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Público	5.436	1.588	49	7.073	6.397	(46)	(89)
Setor Privado	102.472	848	3.176	106.496	148.260	(4.433)	(3.486)
Total	107.908	2.436	3.225	113.569	154.657	(4.479)	(3.575)
Circulante				74.959	115.947	(2.274)	(1.941)
Não Circulante				38.610	38.710	(2.205)	(1.634)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

MOVIMENTAÇÃO PCLD

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reclassificado)	(328.709)	(3.575)	(9.406)	(341.690)
Adições	(1.158.745)	(15.981)	(61.623)	(1.236.349)
Reversões	1.057.312	15.077	62.482	1.134.871
Baixados a Reserva	29.763	-	-	29.763
Saldos em 30 de setembro de 2011	(400.379)	(4.479)	(8.547)	(413.405)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 30/09/11	Consolidado 31/12/10 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	14.796	16.973
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	30.550	43.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	6.430	12.211
Banco Nordeste do Brasil		CDB	Diversos	CDI	22.505	20.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	10.816	9.993
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	15.908	14.367
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	14.331	2.729
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	15.563	14.697
Bradesco		3259	fev-11	CDI	-	5
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	474	-
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	2	9
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	2.357	1.085
Bradesco	(2)	LFT	jun-11 / mar-12	CDI	1.076	1.273
Bradesco	(2)	CDB	mar-12 / jan-13 / set-13	CDI	1.947	1.510
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	23.862
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	13.349	19.410
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	167.694	154.050
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10.719	9.870
Banco Itaú	(2)	Títulos Públicos	set-13	CDIC	973	895
Caixa Econômica Federal		CDB	abr-11 / jun-11 / fev-14	CDI	5.520	6.753
Votorantim		CDB	diversos	CDI	1.297	7.174
Votorantim	(2)	CDB	dez-11	CDI	4.687	7.564
Bradesco	(2)	CDB	out-11	CDI	143	132
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	220	202
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	3.987	1.270
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	2.138	-
Total					347.482	370.618
Circulante					213.842	243.319
Não Circulante					133.640	127.299

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(2) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(1)	91.823	61.738	198.013	91.276
Contribuição Social - CSLL	(1)	4.299	2.605	103.660	14.771
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-	-	80.730	94.459
Programa de Integração Social - PIS	(3)	-	5.650	14.076	27.594
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	-	38.308	68.082	158.865
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	8.198	6.260
IOF		3.747	-	3.747	-
Imposto sobre Serviços - ISS		21	-	1.150	392
Outros		631	3.620	649	13.123
		100.521	111.921	478.305	406.740
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	85.857	78.577
Programa de Integração Social - PIS		-	-	52	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		-	-	20	-
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.413	2.527
Outros		-	-	1.089	-
		-	-	89.431	81.104
Total		100.521	111.921	567.736	487.844

(1) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(2) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/ antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

	Ativo				Passivo			
	30/09/11		31/12/10		30/09/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Diferenças Temporárias	1.023.273	256.927	980.437	244.969	572.515	142.835	545.682	135.345
	1.023.273	256.927	980.437	244.969	572.515	142.835	545.682	135.345
Contribuição Social								
Diferenças Temporárias	982.445	88.897	983.701	88.533	572.515	51.485	545.682	49.111
	982.445	88.897	983.701	88.533	572.515	51.485	545.682	49.111
Total		345.824		333.502		194.320		184.456

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/09/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	162.949	162.949	108.186	108.186
Provisão para passivo atuarial	297.365	297.365	302.227	302.227
Provisão para demissão voluntária	697	697	1.146	1.146
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	207.697	207.697	186.404	186.404
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	14.164	14.164	19.333	19.333
Pis/Cofins diferidos	65.488	65.488	65.488	65.488
Pesquisa e desenvolvimento	6.775	6.775	3.512	6.776
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.198	5.198	4.759	4.759
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	10.846	10.846	12.944	12.944
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	134.647	134.647
Outros	226.884	186.056	132.696	132.696
Total Ativo	1.023.273	982.445	980.437	983.701

	Consolidado			
	30/09/11		31/12/10	
Passivo	IR	CSLL	IR	CSLL
Precatório Finsocial	11.392	11.392	10.847	10.847
Aplicação do "Hedge Accounting"	3.187	3.187	5.418	5.418
Provisão agente arrecadador	2.283	2.283	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoç	96.458	96.458	38.181	38.181
Ajuste da quota anual de amortização	143.747	143.747	143.141	143.141
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	116.856	116.856	92.605	92.605
(-) Amortização da capitalização de juros	(29.587)	(29.587)	(7.510)	(7.510)
Déficit plano previdenciário CD	54.902	54.902	140	140
Superávit plano previdenciário BD	53.052	53.052	28.757	28.757
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	100.082	100.082	189.384	189.384
Custo de Captação	18.675	18.675	3.548	3.548
Outros	1.468	1.468	41.171	41.171
Total Passivo	572.515	572.515	545.682	545.682

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS--Continuação

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2011 e 2010.

		Consolidado			
		30/09/11		30/09/10	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		2.768.972	2.768.972	2.682.609	2.682.609
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(38.974)	(38.974)	(40.122)	(40.122)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(588.635)	(588.635)	(166.696)	(166.696)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		2.141.363	2.141.363	2.475.791	2.475.791
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		535.341	192.723	618.947	222.821
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização Ágio Participação Societária		18.641	6.711	19.111	6.880
Perda de Equivalência Patrimonial		-	-	-	-
JSCP		48.000	17.280	43.937	15.817
Juros sobre Obras em Andamento - JOA		-	11	-	8
Contribuições e Doações		665	239	582	211
Multas Indedutíveis		844	304	764	275
Depreciação Veículos Executivos		323	116	346	125
Excesso Despesas Previdenciárias		2.496	899	2.289	824
Efeito Depreciação IPC/BTNF		-	-	-	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(16.960)	(6.101)	1.414	549
Outras Adições		23.387	7.996	6.201	2.437
Subtotal Adições		77.396	27.455	74.644	27.126
(-) Exclusões					
Equivalência Patrimonial		(276.005)	(99.355)	(296.692)	(106.809)
Reversão da Provisão do Ágio		(12.041)	(4.334)	(11.643)	(4.193)
Reversão da PMIPL		(6.873)	(2.474)	(7.820)	(2.476)
Incentivo Fiscal SUDENE		(193.075)	-	(238.552)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT		(4.697)	-	(2.914)	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(7.944)	(1.799)	(9.788)	(3.017)
Outras Exclusões		(34.573)	(9.955)	(5.300)	(2.174)
Subtotal Exclusões		(535.208)	(117.917)	(572.709)	(118.669)
Imposto de renda e contribuição social no período		77.529	102.261	120.882	131.278
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)		1.001	360	3.426	908
Imposto de renda e contribuição social no resultado		78.530	102.621	124.308	132.186
Corrente		77.671	99.422	100.990	124.117
Diferido		859	3.199	23.318	8.070
		78.530	102.621	124.308	132.186

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS--Continuação

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Trabalhistas		1.864	1.858	88.392	88.279
Cíveis		11	-	53.947	47.070
Fiscais:					
PIS / COFINS	(a)	92.867	88.599	104.542	99.697
Incentivo Fiscal SUDENE		-	-	52.497	44.860
Outros		-	-	15.835	14.916
Outros		-	-	17.419	9.730
Total		94.742	90.457	332.632	304.552

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

12. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	-	68.055	86.961
Adiantamentos a Empregados		53	31	8.262	2.474
Adiantamentos a Fornecedores		42	62	2.118	8.257
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	6.709	6.964
RGR a compensar		-	-	789	701
Precatório - Finsocial	(b)	-	-	11.392	10.845
Entidade de previdência privada		-	-	547	(4)
Desativações em Curso		-	-	12.793	9.515
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	-	-	24.572	24.921
Adiantamentos		-	-	598	471
Alienação em curso		-	-	1.631	2.269
Fundações		-	-	8.331	-
Recebíveis de concessão de serviço		-	-	26.839	26.098
Outros créditos a receber		15.368	12.865	56.031	79.746
Total		15.463	12.958	228.667	259.218
Ativo Circulante		328	328	199.583	214.619
Ativo Não Circulante		15.135	12.630	29.084	44.599

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas Coelba, Celpe e Cosern. Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1° da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5° da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela controlada Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

13. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		30/09/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.174.634	612.402
		30/09/10	98.122	67.179	87,84	542.163	2.132.028	681.268
CELPE		30/09/11	66.023	864	89,65	590.174	1.590.500	238.345
		30/09/10	66.023	864	89,65	590.174	1.481.600	359.682
COSERN		30/09/11	110.782	31.153	84,45	179.787	690.541	151.591
		30/09/10	110.782	31.153	84,45	179.787	666.017	192.908
ITAPEBI		30/09/11	44.100	-	42,00	105.000	338.619	86.485
		30/09/10	44.100	-	42,00	105.000	321.939	108.546
TERMOPE		30/09/11	214.570	-	100,00	214.570	424.862	74.726
		30/09/10	214.570	-	100,00	214.570	435.894	77.577
BAGUARI I	(4)	30/09/11	87.133	-	100,00	87.133	93.149	9.007
		30/09/10	76.000	-	100,00	87.133	89.240	10.789
GOIAS SUL	(5)	30/09/11	109.643	-	100,00	188.446	183.570	2.995
		30/09/10	109.643	-	100,00	109.643	104.317	(4.857)
GERAÇÃO C III	(6)	30/09/11	128.566	-	100,00	147.575	161.872	14.127
		30/09/10	70.265	-	100,00	128.566	128.489	9.840
RIO PCH I	(8)	30/09/11	74.166	-	70,00	105.951	114.369	8.389
		30/09/10	74.166	-	70,00	105.951	104.367	3.036
BAHIA PCH I	(9)	30/09/11	49.174	-	100,00	91.067	97.265	5.697
		30/09/10	49.174	-	100,00	49.174	58.397	8.418
SE NARANDIBA		30/09/11	16.000	-	100,00	16.000	15.899	(17)
		30/09/10	1	-	100,00	16.000	15.955	(34)
AGUAS DA PEDRA	(7)	30/09/11	145.557	-	51,00	253.000	313.250	63.805
		30/09/10	145.557	-	51,00	253.000	249.586	(1.172)
TERMOAÇU	(1)	30/09/11	290.047	-	23,13	699.737	721.574	10.757
		30/09/10	290.047	-	23,93	161.849	165.586	1.525
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/09/11	1	-	100,00	5.231	4.880	(32)
		30/09/10	1	-	100,00	366	51	(287)
NC ENERGIA		30/09/11	13.600	-	100,00	15.486	46.122	6.127
		30/09/10	13.600	-	100,00	13.600	65.189	28.921
NEOSERV	(2)	30/09/11	1	-	100,00	2.631	4.006	1.229
		30/09/10	1	-	100,00	726	5.448	2.178
GARTER		30/09/11	1	-	100,00	-	41	(9)
		30/09/10	1	-	100,00	-	51	(9)
AFLUENTE GERAÇÃO	(3)	30/09/11	98.122	67.179	87,84	30.916	43.105	6.500
		30/09/10	98.122	67.179	87,84	30.916	41.322	5.087
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(3)	30/09/11	55.416	-	87,84	63.084	80.188	15.067
		30/09/10	55.417	-	87,84	63.084	79.431	15.262
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(10)	30/09/11	198.001	-	100,00	200.001	212.045	6.201
		30/09/10	-	-	100,00	200.001	202.934	2.933
NORTE ENERGIA		30/09/11	180.010	-	10,00	-	1.152.264	(1.121)
ENERGYWORKS	(11)	30/09/11	214.479	-	100,00	117.964	135.680	2.512
CAPUAVA		30/09/11	-	-	100,00	11.456	19.702	2.367
ECIII		30/09/11	-	-	15,58	116.706	127.219	6.113
NEOINVEST		30/09/11	24.200	-	100,00	24.200	22.351	247
		30/09/10	1	-	100,00	23.600	23.527	(35)
TELES PIRES	(12)	30/09/11	1	-	50,01	1	(839)	(839)

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(1) Termoaçu

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
Investimentos - ações	261.613	259.124
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(49.187)	(49.186)
Investimento líquido	244.164	241.676

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, não prevê perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(2) Neoenergia Serviços

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(3) Afluente Geração e Afluente Transmissão

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse.

Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente.

A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(4) Baguari I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 81,4 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(5) Goiás Sul

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora. As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(6) Geração C III

A Geração C III S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW médios. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(7) Energética Águas da Pedra (Dardanelos)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO) é responsável pela construção da UHE Dardanelos. Posteriormente, a Neoenergia assumiu a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(8) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 75% e os 25% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., onde estão implantadas as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A PCH Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(9) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério - BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia a partir de dezembro de 2009 para sustentar o lastro do início do período de suprimento, conforme contrato bilateral.

(10) Belo Monte Participações

A Neoenergia possui a participação de 100% da BELO MONTE PARTICIPAÇÕES. A BELO MONTE PARTICIPAÇÕES ingressou no Consórcio Norte Energia com a participação de 10%, para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW.

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(11) EnergyWorks

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda, que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks do Brasil Ltda foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.264, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 130.973. A Companhia está atualmente no período de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R), tendo contratado consultor externo para proceder essa análise. Preliminarmente, o excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado aos ativos intangíveis identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, vinculados aos contratos de geração e fornecimento de energia em estabelecimentos industriais. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	**17.159**
Ativo Imobilizado	**94.461**
Ativo Intangível	**42.659**
Outros ativos	**14.002**
Passivo circulante	**(4.570)**
Passivo não circulante	**(1.447)**
	162.264

A Aquisição da controlada se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de geração de energia.

13. INVESTIMENTOS--Continuação

(12) Teles Pires

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio de mesmo nome, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW, o equivalente ao fornecimento de energia para cerca de cinco milhões de pessoas. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de Contratos de Comercialização de Energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

13. INVESTIMENTOS--Continuação

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Aumento de capital	Redução de participação	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de setembro de 2011
NEOINVEST.	22.104	-	-	-	245	-	-	22.349
COELBA	2.544.267	-	-	15.935	539.490	(27.524)	(728.350)	2.343.818
CELPE	1.890.423	-	-	12.064	213.618	(29.595)	(190.663)	1.895.847
COSERN	812.653	-	-	(1.401)	127.893	(11.699)	(151.429)	776.017
ITAPEBI	167.986	-	-	-	39.824	(2.305)	(36.166)	169.339
TERMOPE	434.912	-	-	-	74.726	(3.441)	(54.228)	451.969
BAGUARI I	91.533	-	-	-	9.007	-	(7.391)	93.149
GOIAS SUL	101.772	78.803	-	-	2.995	-	-	183.570
GERAÇÃO CIII	129.623	19.009	-	-	14.127	-	(2.420)	160.339
RIO PCH I	91.837	-	(2.518)	-	5.874	-	(285)	94.908
BAHIA PCH I	56.233	41.892	-	-	5.697	-	(6.559)	97.263
SE NARANDIBA	15.916	-	-	-	(18)	-	-	15.898
AGUAS DA PEDRA	126.862	-	-	-	32.896	-	-	159.758
TERMOAÇU	241.676	-	-	-	2.488	-	-	244.164
GERAÇÃO CÉU AZUL	46	4.865	-	-	(32)	-	-	4.879
NC ENERGIA	44.348	1.886	-	-	6.126	-	(6.239)	46.121
NEOSERV	54	-	-	-	(12)	-	(21)	21
GARTER	50	-	-	-	(9)	-	-	41
AFLUENTE GERAÇÃO	35.830	-	-	-	5.708	-	(3.677)	37.861
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.312	-	-	-	10.989	-	(9.860)	70.441
BELO MONTE PART.	202.412	-	-	-	6.139	-	-	208.551
ENERGY WORKS	-	161.652	-	-	2.512	-	-	164.164
BAHIA PCH I	-	878	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	-	1	-	-	(842)	-	-	(841)
TOTAL	**7.079.849**	**308.986**	**(2.518)**	**26.598**	**1.099.441**	**(74.564)**	**(1.197.288)**	**7.240.504**

14. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	30/09/2011				31/12/2010
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido Reclassificado
Em serviço					
Terrenos		65.941	-	65.941	56.285
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4%	967.411	(138.256)	829.155	1.024.860
Máquinas e Equipamentos	5%	1.269.338	(369.083)	900.255	812.335
Veículos	20%	1.993	(901)	1.092	738
Móveis e Utensílios	9%	5.946	(2.621)	3.325	3.863
Outros		914.522	(75.358)	839.164	24.628
Subtotal		3.225.151	(586.219)	2.638.932	1.922.709
Em curso					
Terrenos		4.054	-	4.054	20.028
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		374.077	-	374.077	604.180
Máquinas e Equipamentos		341.180	-	341.180	433.661
Veículos		-	-	-	168
Móveis e Utensílios		809	-	809	54
Material em Depósito		21.290	-	21.290	21.290
Outros		318.788	-	318.788	548.525
Subtotal		1.060.198	-	1.060.198	1.627.906
Total		4.285.349	(586.219)	3.699.130	3.550.615

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

14. IMOBILIZADO -- Continuação

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.330.052	(407.343)	1.922.709	1.627.906	3.550.615
Adições	185.270	(99.473)	85.797	183.984	269.781
Baixas	(14.535)	2.348	(12.187)	(34.065)	(46.252)
Amortização	-	(75.014)	(75.014)	-	(75.014)
Transferências	724.364	(6.737)	717.627	(717.627)	-
Saldos em 30 de setembro de 2011	3.225.151	(586.219)	2.638.932	1.060.198	3.699.130

15. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELBA, CELPE e COSERN (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

15. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO) -- Continuação

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 16).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da COELBA, CELPE e COSERN é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

15. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO) -- Continuação

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

ATIVO INDENIZÁVEL - MOVIMENTAÇÃO

Saldo em 31 de dezembro de 2010	722.164
Adições	43.226
Baixas	(2.470)
Transferências	27.859
Ajuste - Valor Justo	36.904
Saldo em 30 de setembro de 2011	827.683

As concessões de distribuição da Companhia não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

16. INTANGÍVEL

O ativo intangível está constituído por: (i) direitos de uso da infra-estrutura construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público, (ii) ágio atribuído à concessão e (iii) outros formado essencialmente por direitos de uso de software.

	30/09/11				31/12/10
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de Uso da Concessão	5,28	8.452.242	(2.370.753)	(567.351)	5.514.138	5.559.562
Direito de Uso de Software	19,61	1.298	(479)	-	819	905
Outros		72.956	(14.492)	-	58.464	61.595
Subtotal		8.526.496	(2.385.724)	(567.351)	5.573.421	5.622.062
Em curso						
Direito de Uso da Concessão		1.217.456	-	35.433	1.252.889	644.700
Direito de Uso de Software		223	-	-	223	224
Outros		12.277	-	-	12.277	9.798
Subtotal		1.229.956	-	35.433	1.265.389	654.722
Total		9.756.452	(2.385.724)	(531.918)	6.838.810	6.276.784

16.INTANGÍVEL -- Continuação

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Reclassificado)	6.929.707	(958.003)	(349.642)	5.622.062	658.557	(3.835)	654.722	6.276.784
Adições	23.665	(14.405)	-	9.260	1.148.096	(132.112)	1.015.984	1.025.244
Baixas	(84.640)	5.614	(1.196)	(80.222)	(6.044)	192	(5.852)	(86.074)
Amortização	-	(420.428)	88.946	(331.482)	-	-	-	(331.482)
Transferências	1.657.764	(998.502)	(305.459)	353.803	(570.653)	171.188	(399.465)	(45.662)
Saldos em 30 de setembro de 2011	8.526.496	(2.385.724)	(567.351)	5.573.421	1.229.956	35.433	1.265.389	6.838.810

(a) Direito de uso da infra-estrutura

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da COELBA, CELPE e COSERN entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 12).

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

16. INTANGÍVEL--Continuação

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31% na COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na COELBA e COSERN, a partir de abril de 2008 e na CELPE, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(c) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

17. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Fornecedores	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Energia Elétrica:				
Terceiros	-	-	319.708	351.525
Encargos de Uso da Rede	-	-	72.319	62.777
Materiais e Serviços	1.390	1.455	229.700	234.522
Energia Livre	-	-	91.745	123.218
Total	1.390	1.455	713.472	772.042
Circulante	1.390	1.455	700.193	759.320
Não Circulante	-	-	13.279	12.722

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	30/09/11	31/12/10 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	-	-	10.013	13.654	23.667	31.928
Subtotal - Banco do Nordeste		-	-	10.013	13.654	23.667	31.928
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.418	-	82.907	386.058	470.383	352.111
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.273)	(3.230)	(4.503)	(5.506)
Subtotal - BNB		1.418	-	81.634	382.828	465.880	346.605
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	101	-	26.884	100.817	127.802	134.521
(-) Custos de transação		-	-	(145)	(242)	(387)	(513)
Subtotal - BNB 6		101	-	26.739	100.575	127.415	134.008
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	2.763	-	80.467	705.605	788.835	1.338.903
(-) Custos de transação	2,12% a 3,12% a.a.	-	-	(600)	(1.850)	(2.450)	(2.900)
Subtotal - BNDES		2.763	-	79.867	703.755	786.385	1.336.003
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	2.333	1.615	175.594	980.326	1.159.868	634.554
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(46)	(54)	(100)	(139)
Subtotal - BNDES FINEM		2.333	1.615	175.548	980.272	1.159.768	634.415
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	-	-	43.723	218.464	262.187	299.944
(-) Custos de transação		-	-	(162)	(604)	(766)	(792)
Subtotal - Eletrobrás		-	-	43.561	217.860	261.421	299.152
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	230	-	16.203	91.072	107.505	95.754
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(212)	(515)	(727)	(739)
Subtotal - FINEP		230	-	15.991	90.557	106.778	95.015
BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
Subtotal - BNP Paribas		-	-	-	-	-	18.017
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	34.731	35.007	88	880.190	950.016	864.524
(-) Custos de transação	1% a.a.	-	-	(3.371)	(5.755)	(9.126)	(14.434)
Operações com Swap		-	-	-	(15.696)	(15.696)	(14.633)
Subtotal - Banco do Brasil		34.731	35.007	(3.283)	858.739	925.194	835.457
Banco do Brasil		6.101	-	810	113.061	119.972	-
(-) Custos de transação		-	-	(549)	(769)	(1.318)	-
Subtotal - Banco do Brasil		6.101	-	261	112.292	118.654	-
BONDS BRL		19.975	-	-	400.000	419.975	-
(-) Custos de transação		-	-	(779)	(2.784)	(3.563)	-
Subtotal - BONDS BRL		19.975	-	(779)	397.216	416.412	-
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	66	39	105	69
Subtotal - Outros		-	-	66	39	105	69
Total moeda nacional		**67.652**	**36.622**	**429.618**	**3.857.787**	**4.391.679**	**3.730.669**
Moeda estrangeira							
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID	VC + 3% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
Operações com Swap		-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		-	-	-	-	-	2.384
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	84	-	1.256	5.792	7.132	6.916
Operações com Swap		-	-	146	(185)	(39)	670
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		84	-	1.402	5.607	7.093	7.587
Safra Cayman		1.618	-	4.966	264.716	271.300	234.451
Operações com Swap		-	-	30.524	(6.629)	23.895	60.865
Subtotal - Safra Cayman		1.618	-	35.490	258.087	295.195	295.316
BANK OF AMERICA		149	-	(259)	16.633	16.523	-
Operações com Swap		-	-	(1.556)	212	(1.344)	-
Subtotal - BANK OF AMERICA		149	-	(1.815)	16.845	15.179	-
Total moeda estrangeira		**1.851**	**-**	**35.077**	**280.539**	**317.467**	**305.287**
Total		**69.503**	**36.622**	**464.695**	**4.138.326**	**4.709.146**	**4.035.956**

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos:

Coelba
Banco do Nordeste do Brasil – BNB, captação da 4ª e 5ª parcelas no montante de R$ 86.255 para financiamento dos investimentos em 2011, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito no valor de R$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 43.000, referente ao financiamento dos investimentos realizados no 3° trimestre de 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 89.670 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: A Companhia recebeu R$ 10.918 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do Contrato de Financiamento assinado em Outubro de 2009. O contrato tem vencimento em fevereiro de 2018, será amortizado em 80 parcelas mensais a partir de junho de 2011, com custo de TJLP - 6% + 5% a.a. e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil – BB: A Companhia recebeu R$ 75.000 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco, com vencimento em janeiro de 2014, amortização em uma única parcela ao final do contrato, com custo de 98,5% do CDI e juros pagos mensalmente.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	268.455	(1.685)	266.770	574.003	5.645	579.648
2013	392.927	(5.503)	387.424	355.689	(5.172)	350.517
2014	1.042.587	(4.762)	1.037.825	784.911	(4.313)	780.598
2015	835.079	(2.648)	832.431	750.710	(2.022)	748.688
Após 2015	1.651.702	(1.204)	1.650.498	1.032.062	(881)	1.031.181
Total	4.190.750	(15.802)	4.174.948	3.497.375	(6.743)	3.490.632

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	494.735	3.235.934	50.589	254.698	4.035.956
Ingressos	2.563	1.010.623	142.662	15.000	1.170.848
Encargos	222.890	49.786	5.407	-	278.083
Variação monetária e cambial	-	-	(6.651)	31.422	24.771
Swap	-	(1.420)	23.298	(20.052)	1.826
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(290)	(9.207)	10.214	925
Transferências	321.557	(321.557)	10.743	(10.743)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(548.594)	(73.908)	(179.913)	-	(802.415)
(-) Custos de Transação	3.911	(4.759)	-	-	(848)
Saldos em 30 de setembro de 2011	497.270	3.894.409	36.928	280.539	4.709.146

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para a 3ª emissão de debêntures na empresa Coelba e 3ª e 4ª emissões na Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/09/11				31/12/10
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.			308	6.519	10.541	17.368	20.798
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(283)
	Operações com swap						-	14.420	23.831	38.251	48.617
	Subtotal - 3ª Emissão				11,62%	IGPM + 13,95% a.a.	308	20.939	34.372	55.619	69.132
	5ª Emissão	2ª		IGPM + 10,8% a.a.			-	-	-	-	112.793
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(77)
	Subtotal - 5ª Emissão				10,90%	Não aplicável.	-	-	-	-	112.716
	6ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			11.433	78.641	196.638	286.712	317.554
	(-) Custos de transação						-	(419)	(408)	(827)	(1.247)
	Subtotal - 6ª Emissão				11,52%	Não aplicável.	11.433	78.222	196.230	285.885	316.307
	7ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			2.851	-	80.000	82.851	80.309
	(-) Custos de transação						-	(93)	(26)	(119)	-
	Subtotal - 7ª Emissão						2.851	(93)	79.974	82.732	80.309
CELPE	2ª Emissão	1ª		108,5% do CDI			4.206	97.958	97.959	200.123	299.300
	(-) Custos de transação						-	(757)	(280)	(1.037)	(1.918)
	Subtotal - 2ª Emissão				15,27%		4.206	97.201	97.679	199.086	297.382
	2ª Emissão	2ª		Variação IGPM + 10,95% a.a.			-	-	-	-	42.033
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(18)
	Subtotal - 2ª Emissão				18,62%		-	-	-	-	42.015
	3ª Emissão	Única		105% do CDI			319	85.000	-	85.319	170.646
	(-) Custos de transação						-	(101)	-	(101)	(253)
	Subtotal - 3ª Emissão				13,67%		319	84.899	-	85.218	170.393
	4ª Emissão	Única		111,3% do CDI			21.088	-	360.000	381.088	-
	(-) Custos de transação						-	(304)	(1.091)	(1.395)	-
	Subtotal - 4ª Emissão						21.088	(304)	358.909	379.693	-
COSERN	4ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a			5.285	36.352	90.896	132.533	146.790
	(-) Custos de transação						-	(304)	(304)	(608)	(881)
	Subtotal - 4ª Emissão				11,50%	Não aplicável	5.285	36.048	90.592	131.925	145.909
TERMOPE	2ª emissão	1ª		105% CDI a.a	CDI + 0,50% a.a.		2.495	90.000	244.000	336.495	389.281
	(-) Custos de transação						-	(339)	(919)	(1.258)	-
	Subtotal - 2ª emissão					Não aplicável	2.495	89.661	243.081	335.237	389.281
ITAPEBI	1ª Emissão	1ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,71% a.a.		-	-	-	-	55.446
	Subtotal - 1ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	55.446
	2ª Emissão	2ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,70% a.a.		-	-	-	-	52.580
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(271)
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	-	-	-	-	52.309
	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			11.683	-	200.000	211.683	-
	(-) Custos de transação						-	(155)	(558)	(713)	-
	Subtotal - 3ª Emissão					Não aplicável	11.683	(155)	199.442	210.970	-
Total							59.668	406.418	1.300.279	1.766.365	1.731.199

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS--Continuação

a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

b) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	126.273	(366)	125.907	466.939	(1.749)	465.190
2013	380.207	(964)	379.243	416.847	(1.267)	415.580
2014	237.385	(812)	236.573	241.431	(565)	240.866
2015	224.000	(627)	223.373	-	-	-
Após 2015	336.000	(817)	335.183	-	-	-
Total	1.303.865	(3.586)	1.300.279	1.125.217	(3.581)	1.121.636

c) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199
Ingressos	-	560.000	560.000
Encargos	160.586	-	160.586
Variação monetária e cambial	8.774	1.147	9.921
Swap	1.880	3.244	5.124
Efeito cumulativo marcação a mercado	88	154	242
Transferências	384.347	(384.347)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(699.583)	-	(699.583)
(-) Custos de transação	431	(1.555)	(1.124)
Saldos em 30 de setembro de 2011	466.086	1.300.279	1.766.365

20. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
Salários	5.529	10.687
Encargos sociais	11.929	6.873
Provisões Férias e 13° salário	40.720	23.897
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	8.432	6.155
Provisão PLR	16.547	19.960
Outros	1.731	2.281
Total	84.888	69.853

21. TAXAS REGULAMENTARES

		Consolidado	
	Ref.	30/09/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR		22.237	17.471
Conta de Consumo de Combustível – CCC		38.304	31.934
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.640	4.992
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		3.785	4.488
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.116	1.751
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	103.617	88.827
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	86.371	76.507
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.738	1.572
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		1.030	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		7.824	12.476
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		533	529
Total		272.195	240.547
Passivo Circulante		180.667	152.702
Passivo Não Circulante		91.528	87.845

(a) As controladas Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda - IR	12.653	11.161	88.980	25.628
Contribuição Social - CSLL	932	-	93.744	17.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	2	159.678	160.065
Programa de Integração Social - PIS	10.617	10.030	25.002	23.087
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	79.623	75.356	144.579	134.877
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	839	749	9.628	8.716
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	28	21	1.802	2.113
IOF	149	120	149	120
Imposto sobre Serviços - ISS	5	-	5.998	4.686
Parcelamento de Tributos	-	-	1.560	-
Outros	19	66	11.672	15.260
	104.866	97.505	542.792	392.093
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	6.378	5.033
Contribuição Social - CSLL	-	-	-	1.283
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	1.989	4.058
Programa de Integração Social - PIS	-	-	287	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	409	391
	-	-	9.063	11.791
Total	104.866	97.505	551.855	403.884

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembléia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao terceiro trimestre de 2011, da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2011					
RCA de 24 de março de 2011	JSCP	136.000	23,2453361	N/A	N/A
AGO de 29 de abril de 2011	Dividendos	414.408	70,8312737	N/A	N/A
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	132.000	22,5616497	N/A	N/A
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	130.000	22,2198059	N/A	N/A
		812.408			

A formação dos saldos é como segue:

Dividendos e juros sobre o capital próprio

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.055
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	812.408
Propostos	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(34.096)
Pagos no período	(758.310)
Prescritos	-
Saldos em 30 de setembro de 2011	120.057

24. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	98.396	79.757	9.059	19.562	206.774
Constituição	52.736	34.271	6.170	-	93.177
Baixas/reversao	(49.623)	(38.240)	(718)	(9.008)	(97.589)
Remuneração	10.574	9.480	717	264	21.035
Saldos em 30 de setembro de 2011	112.083	85.268	15.228	10.818	223.397

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/09/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da Companhia		43.092	1ª, 2ª e 3ª	Provável	45.676	34.983
		191.929	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		48.854	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		51.139	1ª, 2ª e 3ª	Provável	51.614	45.036
		204.530	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		58.712	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		14.794	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.793	18.377
		69.128	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		7.467	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		689.645			112.083	98.396

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES -- Continuação

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/09/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes – Tarifas Plano Cruzado		17.961	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.961	20.178
		3.460	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.993	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas		35.905	1ª, 2ª e 3ª	Provável	37.481	34.275
		560.997	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		11.516	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		9.970	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.970	8.528
		52.376	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.074	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos		3.722	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.722	3.294
		53.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.042	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.019	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.019	7.240
		73.432	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.458	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		5.562	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		79	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.646	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.405	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		991	1ª, 2ª e 3ª	Provável	991	-
		4.235	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		63	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		2.357	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.357	2.311
		1.069	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elertrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	13
		1.916	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras		5.532	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.738	3.905
		39.462	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.640	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		922.882			85.268	79.757

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES--Continuação

Cíveis--Continuação

Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/09/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS		876	1ª, 2ª e 3ª	Provável	876	125
		274.192	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS		2.795	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.435	2.308
		64.071	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.722	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		2.848	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.444	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL		2.005	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		69.573	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.476	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU		3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		3.040	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.559	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS		16.674	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		149.096	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS		3.894	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	371
		21.665	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.208	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ		6.031	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.204.916	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.710	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS		8.424	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.424	4.398
		3.709	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS		1.618	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		257	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE		4.683	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		421	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		6.762	Administrativa	Possível	-	-
		4.087	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		48.723	Judicial	Possível	-	-
Outras		2.441	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.445	1.180
		53.684	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.538	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.011.147			15.228	9.059

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Na Celpe refere-se a autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Na controlada Coelba, refere-se aos Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. Além do Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. Adicionalmente houve a ocorrência do auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Publico. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

ISS - A controlada Coelba apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis à tese. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificadas como possíveis e não houve constituição de provisão. Na controlada Celpe, refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na controlada Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF - Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A controlada procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A controlada impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

CSLL - Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A controlada Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

REFIS - Referente ao parcelamento alternativo REFIS, na controlada Coelba, com vigência de cinco anos e que teve a última parcela paga em março de 2005. Entretanto, a Receita Federal alega que existe uma diferença entre o valor do débito consolidado e o declarado pela controlada, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa. A controlada impetrou Ação Anulatória com pedido de Antecipação de Tutela, com objetivo de extinguir o saldo devedor exigido e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Porém, o pleito foi indeferido pelo juízo de primeiro grau ensejando recurso à instância superior, no qual a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que haja o julgamento do mérito da ação. Em dezembro de 2009, o juízo do primeiro grau proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido da controlada. Em decorrência foi interposto o recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal. Concomitantemente, foi proposta e deferida pelo TRF, medida cautelar visando à manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

PIS/COFINS - Corresponde a Autos de Infração contra a controlada Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

COFINS - Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a controlada protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

IRPJ - Refere-se a autos de infração contra a Celpe, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. O incremento ocorrido no trimestre refere-se à constituição de provisão relativa a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros e multa de mora para o qual obtivemos decisão liminar nos autos do Mandado de Segurança n.º 0000050-30.2010.4.05.8300. Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.
No terceiro trimestre de 2011 ocorreu o auto de infração na Coelba lavrado em 2011, decorrente da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia, no montante de R$ 48.897. A Companhia entende ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n. 01/2002. Em decorrência, a Companhia apresentará impugnação. Adicionalmente na Coelba houve o auto de infração, no valor de R$ 316.422 decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentará impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na controlada Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a controlada não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A controlada apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que a controlada possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

24. PROVISÕES—Continuação

Fiscais--Continuação

ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Taxas diversas - Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

Incentivo Fiscal Sudene - Mandado de segurança impetrado pela controlada Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal - 1ª Região.

Outras - Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na controlada Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

24. PROVISÕES--Continuação

Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 30/09/11	Valor Provisionado 31/12/10
Licença Ambiental		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.818	19.562
Total		-			10.818	19.562

A Controlada Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a controlada ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Ref	Consolidado 30/09/11	Consolidado 31/12/10
Consumidores	(1)	49.153	50.889
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		87	4
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	8.622	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		5.264	14.416
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		1.823	1.762
Caução em Garantia	(3)	59.237	61.964
FGTS Conta Empresa		336	336
Encargos CBEE		2.391	2.553
Taxa Iluminação Pública - TIP	(4)	7.430	8.410
Adiantamentos recebidos		45.625	31.819
Uso do bem público		65.546	28.950
Outras		25.826	42.551
Total		**271.633**	**255.527**
Circulante		189.424	226.842
Não Circulante		82.209	28.685

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR--Continuação

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Capital social -- Continuação

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Reserva de lucro -- Continuação

Reserva de incentivo fiscal -- Continuação

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A COELBA, CELPE, COSERN, TERMOPERNAMBUCO e ITAPEBI apuraram, respectivamente no trimestre findo em 30 de setembro de 2011, os valores de R$ 112.001, R$ 32.765, R$ 12.198, R$ 13.030 e R$ 16.398 (R$ 126.420, R$ 65.521, R$ 41.656, R$ 10.813 e R$ 20.887 em 31 de dezembro de 2010 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO --Continuação

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 30 de setembro de 2011, a Neoenegia S.A. mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 5.230.982 (R$ 5.230.982 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Conforme determina o artigo nº 199 da Lei das S.A. a Companhia irá encaminhar para deliberação de Assembléia de acionista a destinação do excedente da reserva de retenção de lucros sobre o capital social, ultrapassado no último exercício social.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

27. RECEITA BRUTA

		Consolidado	
	Ref.	30/09/2011	30/09/2010
Fornecimento de Energia	(a)	**3.727.921**	**3.490.098**
Receita de operação e manutenção		3.638.105	3.431.470
Remuneração financeira wacc		89.816	58.628
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	62.035	77.530
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	(c)	**5.236.777**	**4.830.037**
Receita de operação e manutenção		5.193.948	4.815.305
Remuneração financeira wacc		42.829	14.732
Receita de Construção		960.314	784.236
Outras Receitas	(d)	120.651	125.921
Total		10.107.698	9.307.822

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Consumidores:						
Residencial	8.136.485	7.802.111	8.058.989	7.736.031	3.217.539	2.992.377
Industrial	39.069	40.003	4.634.564	4.561.624	1.418.761	1.339.819
Comercial	585.969	573.449	4.267.373	4.121.841	1.938.565	1.794.782
Rural	435.970	438.370	1.445.915	1.450.186	317.470	293.718
Poder Público	79.887	77.379	1.035.493	1.006.848	442.422	414.848
Iluminação Pública	26.432	25.727	986.466	947.182	214.387	199.987
Serviço Público	12.971	11.488	1.192.155	1.177.772	310.497	303.060
Consumo Próprio	674	676	23.875	24.205	-	-
Suprimento	23.340	130	6.817.020	5.395.883	564.024	410.041
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(2.884)	(12.780)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(5.005.640)	(4.623.230)
Subtotal	9.340.797	8.969.333	28.461.850	26.421.572	3.415.141	3.112.622
Acordo Geral do Setor Elétrico						
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	312.780	377.476
Total	9.340.797	8.969.333	28.461.850	26.421.572	3.727.921	3.490.098

(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/09/11	30/09/10
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão		231.137	206.807
Transfer. Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos)	(a)	5.005.640	4.623.230
Total		5.236.777	4.830.037

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	30/09/11	30/09/10
Renda da prestação de serviços	6.056	18.861
Arrendamentos e Aluguéis	33.560	28.287
Serviço taxado	7.935	6.957
Taxa de iluminação pública	11.034	6.846
Administração de faturas de fraudes	7.495	29.566
Outras receitas	54.571	35.404
Saldos em 30 de setembro de 2011	120.651	125.921

28. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Impostos:				
ICMS	-	-	(1.726.418)	(1.601.975)
PIS	-	(9)	(154.650)	(144.886)
COFINS	-	(44)	(713.344)	(668.765)
ISS	-	-	(6.046)	(4.342)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(72.632)	(66.573)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(51.015)	(48.004)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(288.071)	(241.384)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(25.609)	(30.405)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(10.228)	(10.671)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(5.114)	(5.333)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(19.470)	(26.184)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(4.416)	(2.457)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(15.339)	(14.466)
Total	-	(53)	(3.092.352)	(2.865.445)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	Despesas Gerais e Administrativas	
Custos / Despesas	30/09/11	30/09/10
Pessoal	(662)	(469)
Administradores	(3.727)	(4.317)
Entidade de previdência privada	(169)	(151)
Material	(42)	(8)
Serviços de terceiros	(5.973)	(5.428)
Depreciação e amortização	(2.404)	883
Arrendamentos e alugueis	(43)	(9)
Tributos	(104)	(394)
Alienação / Desativação de bens e direitos	42	-
Outros	(911)	(1.015)
Total custos / despesas	(13.993)	(10.908)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS --Continuação

	Consolidado				
	30/09/11				30/09/10
Custos / Despesas	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(128.949)	(73.163)	(125.198)	(327.310)	(281.571)
Administradores	-	-	(10.374)	(10.374)	(10.775)
Entidade de previdência privada	(8.721)	(3.308)	(4.433)	(16.462)	(40.653)
Material	(28.006)	(1.490)	(1.970)	(31.466)	(20.979)
Combustível para produção de energia	(123.665)	-	-	(123.665)	(121.822)
Serviços de terceiros	(158.717)	(147.298)	(108.697)	(414.712)	(401.379)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(11.912)	(3.135)	-	(15.047)	(13.866)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(779)	-	-	(779)	(1.883)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(957)	-	-	(957)	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(5.243)	-	-	(5.243)	(4.451)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.297.773)	-	-	(2.297.773)	(2.038.053)
Encargos de uso do sistema transmissão	(393.488)	-	-	(393.488)	(412.933)
Depreciação e amortização	(317.381)	(50.370)	(37.707)	(405.458)	(356.373)
Arrendamentos e alugueis	(3.250)	(703)	(4.162)	(8.115)	(7.747)
Tributos	(1.241)	(2.198)	(2.320)	(5.759)	(5.187)
Provisões Líquidas - PCLD	(68.068)	7.183	-	(60.885)	(53.478)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	(4.259)	(54.756)	-	(59.015)	(7.967)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-	3.594	3.594	-
Provisões atuariais	-	-	-	-	1.223
Custo de construção	(960.314)	-	-	(960.314)	(784.236)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	274	274	-
Outros	(10.362)	(8.151)	(54.990)	(73.503)	(37.390)
Total custos / despesas	(4.523.085)	(337.389)	(345.983)	(5.206.457)	(4.599.520)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	
Receita Financeira	30/09/11	30/09/10
Renda de aplicações financeiras	343.530	258.427
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	116.191	99.133
Variação monetária	107.994	103.950
Variação cambial	27.947	45.487
Operações Swap	54.267	51.463
Outras receitas financeiras	15.645	96.538
Total	665.574	654.998

	Consolidado	
Despesa Financeira	30/09/11	30/09/10
Encargos de dívida	(383.154)	(268.404)
Variação monetária	(119.352)	(79.006)
Variação cambial	(54.563)	(38.384)
Operações Swap	(71.642)	(84.811)
Outras despesas financeiras	(101.243)	(97.725)
Total	(729.954)	(568.330)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Controladora					
			30/09/11			31/12/10		30/09/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	2.402			1.694		
		Dividendos e JSCP	267.630			23.570		
		Outros	78	120	785	11		
		Total Coelba	270.110	120	785	25.275	-	-
CELPE		Dividendos e JSCP	20.102			18.992		
		Outros	47		475	-		
		Total Celpe	20.149	-	475	18.992	-	-
COSERN		Dividendos e JSCP	9.112			7.409		
		Outros	17		149	-		
		Total Cosern	9.129	-	149	7.409	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	6.073			5.636		
		Outros	-			2	1	
		Total Termopernambuco	6.073	-	-	5.638	1	-
ITAPEBI		Dividendos e JSCP	2.118			9.246		
		Outros	62		310	2		
		Total Itapebi	2.180	-	310	9.248	-	-
GERAÇÃO CIII		AFAC	-			4.770		
		Contrato de Mutuo	-			13.778		
		Dividendos e JSCP	3.226			2.339		
		Outros	-		-	13		
		Total Geração CIII	3.226	-	-	20.900	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	14.906			10.239		
		Outros	31	10	310	4		
		Total NC Energia	14.937	10	310	10.243	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		AFAC	1.552			1.587		
		Dividendos e JSCP	40			23		
		Total Afluente	1.592	-	-	1.610	-	-
GARTER		AFAC	2			2		
		Total Neoenergia Seviços	2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos e JSCP	8.182			1.370		
		Outros	-		-	6		
		Total Garter	8.182	-	-	1.376	-	-
BAHIA PCH I		AFAC				41.893		
		Contrato de Mutuo	20.272			16.778		
		Dividendos e JSCP	9.511			2.951		
		Outros	-		-	1		
		Total Baguari	29.783	-	-	61.623	-	-
BAHIA PCH II	(1)	AFAC				878		
		Outros	15			8		
		Total Bahia PCH I	15	-	-	886	-	-
BAHIA PCH III		Outros				2		
		Total Bahia PCH II	-	-	-	2	-	-
RIO PCH I		Dividendos e JSCP	407			102		
		Outros	-			10		
		Total Bahia PCH III	407	-	-	112	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Outros				96		
		Total Rio PCH	-	-	-	96	-	-
GOIAS SUL	(1)	AFAC	750			73.618		
		Outros	-			5		
		Total Neoinvest	750	-	-	73.623	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(1)	AFAC	508			3.825		
		Outros	-			139		
		Total Goiás Sul	508	-	-	3.964	-	-
SE NARANDIBA		Contrato de Mutuo	5.858					
		Outros	-			2		
		Total Geração Céu Azul	5.858	-	-	2	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros				2		
		Total SE Narandiba	-	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos e JSCP	5.221			2.023		
		Outros				5		
		Total SE Narandiba	5.221	-	-	2.028	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos e JSCP	62			4.032		
		Total SE Narandiba	62	-	-	4.032	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Dividendos e JSCP				1.374		
		Outros				584		
		Total SE Narandiba	-	-	-	1.958	-	-
TELES PIRES	(1)	AFAC	97.846					
		Total SE Narandiba	97.846	-	-	-	-	-

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS— Continuação

			30/09/11			31/12/10		30/09/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia S.A		Dividendos e JSCP		43.095			36.797	(124.462)
		Total Amara Brasil	-	43.095	-	-	36.797	(124.462)
521 Participações S.A.		Dividendos e JSCP					16.913	(57.206)
		Outras					135	
		Total Iberdrola Energia S.A	-	-	-	-	17.048	(57.206)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos e JSCP		28.917			24.690	(70.987)
		Total Iberdrola Generacion	-	28.917	-	-	24.690	(70.987)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Dividendos e JSCP		13.246			8.311	(28.111)
		Total Iberdrola Energia do Brasil	-	13.246	-	-	8.311	(28.111)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Dividendos e JSCP					7.200	(20.702)
		Total Faelba	-	-	-	-	7.200	(20.702)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Dividendos e JSCP		34.800			6.144	(17.665)
		Total 521 Participações	-	34.800	-	-	6.144	(17.665)
Amara Brasil	(2)	Seviços Prestados					135	
		Total Previ / Banco do Brasil	-	-	-	-	135	-
Celpos	(3)	Contrato de Mútuo					138.705	
		Outras					155.095	
		Total BB Carteira Livre I	-	-	-	-	293.800	-

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS -- Continuação

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(3) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 é R$ 3.537 (R$ 2.615 em 30 de setembro de 2010) na controladora e no consolidado no montante de R$ 7.918 (R$ 5.886 em 30 de setembro de 2010), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantidos para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

  O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

- Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial - coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos financeiros derivativos

  - Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.741.535	3.741.535	3.391.601	3.391.601
Títulos e valores mobiliários	347.482	347.482	370.618	370.618
Contas a receber de clientes e outros	3.014.003	3.014.003	2.998.284	2.998.284
Fundos Vinculados	57.261	57.261	106.172	106.172
Passivo				
Fornecedores	(713.472)	(713.472)	(772.042)	(772.042)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(361.069)	(361.069)	(327.849)	(327.849)
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.038.669)	(4.038.669)	(3.417.793)	(3.417.793)
Debêntures em moeda nacional	(1.710.749)	(1.708.963)	(1.662.065)	(1.657.907)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(312.324)	(312.324)	(263.097)	(263.097)
Instrumentos financeiros derivativos	(52.700)	(52.700)	(96.351)	(96.351)

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

- Riscos financeiros

- Risco de variação cambial

  Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos

  em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2010, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

  ✓Coelba

  No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 4.811 (R$ 1.667, resultado positivo em 30 de setembro de 2010).

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

✓ Celpe

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de de R$ 14.456 (R$ 5.786, resultado positivo em 30 de setembro de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
3º trimestre 2011	-2,39%	-86	-86
3º trimestre 2010	6,24%	523	523

► Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(0,25)	(88.887)	(88.887)
Passivos Financeiros			
CDI	(0,25)	(133.170)	(133.170)
TJLP	-	-	-
IGPM	(2,46)	(1.355)	(1.355)
2010			
Ativos Financeiros			
CDI	(1,40)	(562.801)	(752.431)
Passivos Financeiros			
CDI	(1,40)	(536.020)	(88.145)
TJLP	-	-	-
IGPM	(3,27)	(423.795)	(824)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
RECEITA LÍQUIDA	6.528.394	6.076.858	956.325	752.095	22.224	43.687	317.733	318.116	15.531	10.677	(824.861)	(759.056)	7.015.346	6.442.377
CUSTO DO SERVIÇO	(4.523.031)	(4.076.723)	(493.975)	(413.558)	(7.105)	(15.081)	(313.770)	(272.774)	(10.065)	(5.927)	824.861	759.056	(4.523.085)	(4.025.007)
LUCRO BRUTO	**2.005.363**	**2.000.135**	**462.350**	**338.537**	**15.119**	**28.606**	**3.963**	**45.342**	**5.466**	**4.750**	-	-	**2.492.261**	**2.417.370**
Despesas com vendas	(337.389)	(256.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(337.389)	(256.777)
Despesas gerais e administrativas	(283.024)	(265.142)	(48.334)	(30.038)	(444)	(3.755)	(2)	(6.730)	(14.543)	(12.072)	364	-	(345.983)	(317.736)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	3.234	-	-	-	1.223	2.158	1.099.503	1.288.918	(1.103.396)	(1.291.076)	564	-
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-
Amortização do Ágio	-	-	(584)	-	-	-	-	-	(74.564)	(76.446)	-		(75.148)	(76.446)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**1.384.950**	**1.478.216**	**416.666**	**308.499**	**14.675**	**24.851**	**5.184**	**40.770**	**1.015.862**	**1.205.150**	**(1.103.032)**	**(1.291.076)**	**1.734.305**	**1.766.411**
Receita financeira	371.286	435.080	37.762	37.875	3.036	2.988	2.098	4.075	251.392	174.980	-	-	665.574	654.998
Despesa financeira	(584.587)	(441.817)	(123.384)	(102.999)	(809)	(1.109)	(1.736)	(3.406)	(25.055)	(35.693)	5.619	16.695	(729.954)	(568.330)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**1.171.649**	**1.471.479**	**331.044**	**243.375**	**16.902**	**26.730**	**5.546**	**41.439**	**1.242.199**	**1.344.437**	**(1.097.413)**	**(1.274.381)**	**1.669.925**	**1.853.079**
Imposto de renda e contribuição social	(169.311)	(237.621)	(46.616)	(43.935)	(1.852)	(4.633)	581	(11.784)	(2.929)	1.355	-	-	(220.127)	(296.618)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**1.002.338**	**1.233.858**	**284.428**	**199.440**	**15.050**	**22.097**	**6.127**	**29.655**	**1.239.270**	**1.345.792**	**(1.097.413)**	**(1.274.381)**	**1.449.798**	**1.556.461**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(211.994)	(215.739)	(211.994)	(215.736)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**1.002.338**	**1.233.858**	**284.428**	**199.440**	**15.050**	**22.097**	**6.127**	**29.655**	**1.239.270**	**1.345.795**	**(1.309.407)**	**(1.490.120)**	**1.237.804**	**1.340.725**

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)